

REINVESTIMENTO, “CORRIDAS” AOS RECURSOS E A INALIENABILIDADE DO LUGAR: AS ESTRATIFICAÇÕES ACTIVAS DA TERRA EM MOÇAMBIQUE

Alicia Hayashi Lazzarini

Xinavane era um régulo (líder tradicional). Mas não é onde a empresa está agora. É (noutro local) o lugar onde estava o Régulo Xinavane. Mas quando a empresa foi transferida.... continuaram a chamar-lhe (empresa) Xinavane. Portanto, quando eu nasci, a vila já era Xinavane, Xinavane, Xinavane, embora Xinavane não estivesse cá. Aqui é Chibanza. Xinavane estava ali...

Entrevista com o Senhor Andréas (31 de Janeiro de 2014)¹

Durante a pesquisa de campo, em 2013 e 2014, os residentes da vila produtora de açúcar de Xinavane insistiram que Xinavane não era Xinavane. Na verdade, o nome referia-se a uma área vizinha, que o régulo Xinavane tinha administrado. Entendi que o local conhecido por Xinavane, em homenagem à Açucareira de Xinavane, tinha sido transferido da sua localização original para a actual. Ainda assim, fiquei intrigada com o facto de os residentes de Xinavane me terem repetido isto. Foi apenas através de um conhecimento mais profundo de Xinavane como um lugar que compreendi o significado desta repetição: apesar das tentativas coloniais europeias e capitalistas recentes de apresentar Xinavane como um local de sucesso de investimento agro-industrial, Xinavane não é esta ficção capitalista. É, de facto, um lugar africano pós-colonial diversificado.²

Começo precisamente por esta epígrafe porque tenho acompanhado com interesse, e também com preocupação, a proliferação de literatura sobre a apropriação de terras e de recursos (Borras, Fig & Suárez, 2011; White *et al.*, 2012; Scoones *et al.*, 2013; Wolford *et al.*, 2013; Hall *et al.*, 2015). Esta rápida proliferação da literatura permitiu um exame necessário das desigualdades socioeconómicas em grande escala e em expansão entre o Norte e o Sul Globais, em grande parte através de reivindicações de recursos neste último (Hall, 2013). Esta literatura exige uma reflexão valiosa sobre os actores, os processos, as condições físicas e as instituições

¹ Todos os nomes foram alterados. A autora efectuou todas as entrevistas e traduções em português.

² Xinavane ou Moçambique não podem representar a heterogeneidade do continente. No entanto, baseio-me na linguagem dos interlocutores moçambicanos para realçar as distinções entre as abordagens europeias (e brancas) e moçambicanas da terra e do lugar Xinavane.

que se unem para tornar a terra reconhecível como passível de investimento – e fazer com que a terra se torne realmente disponível para investimento (Li, 2014).

Todavia, defendo que a literatura mais alargada sobre a corrida aos recursos não tem em conta aspectos importantes para tornar a terra passível de investimento. Este aspecto é particularmente significativo em contextos africanos, onde a terra foi profundamente produzida através da resistência e do domínio coloniais. Em primeiro lugar, embora grande parte dos estudos sobre a corrida aos recursos se refira a projectos de investimento maciço e aos seus efeitos espectaculares, pouco analisa a fragmentação e o fracasso inerente de muitos destes projectos. Isto deixa intactas as ficções do sucesso capitalista que são necessárias para que o investimento continue. Em segundo lugar, a literatura não tem em conta as dinâmicas históricas e coloniais específicas do investimento, desinvestimento e reinvestimento na transformação da terra em recurso de investimento: a forma como o investimento contemporâneo depende de processos históricos profundos de investimento e expropriação, particularmente em África. Por último, poucos estudiosos centram as especificidades do lugar no meio dos fluxos económicos e socioculturais globais. Defendo que em vez de actuar como um antecedente passivo para o contributo financeiro, as estratificações regionais e geo-histórias específicas do investimento relacionado com a terra num determinado lugar moldam fundamentalmente a actividade capitalista actual. Por outras palavras, enquanto esta literatura sustenta que as corridas aos recursos não são novas, há menos estudos que analisam profundamente a historicidade do investimento contemporâneo e a sua integridade em relação aos esforços capitalistas coloniais.

Este artigo procura compreender melhor a corrida contemporânea aos recursos naturais, bem como as suas implicações para os povos que sofreram repetidamente a expropriação relacionada com o investimento. Não conceptualizo as comunidades expropriadas como sendo afectadas pelos caprichos do capital transnacional ou vencidas pela violência social espacial e marginalidade repetidas. Em vez disso, sigo as pistas de uma comunidade em particular, colocando em primeiro plano as afirmações dos residentes de que Xinavane é mais do que um lugar de sucesso capitalista. Ao fazê-lo, permite-me centrar a inalienabilidade da terra e, especificamente, do lugar em contextos africanos e de corrida à terra. Isto também alarga os estudos geográficos, particularmente os que se centram na história e na produção da terra, da natureza, do desenvolvimento desigual e do espaço. Identifico os envolvimentos coloniais de Xinavane para enfatizar como, em contraste com as narrativas dominantes de sucesso, Xinavane, enquanto terra e lugar, não pode ser alienada dos seus tecidos sociais e histórias para se tornar uma mercadoria abstracta. Demonstro, porém, como a terra, e a terra num determinado lugar, é contínua e tenuemente trabalhada e retrabalhada na tentativa de a moldar à imagem do desejo capitalista. Ao fazê-lo, centro-me na forma como Xinavane, enquanto lugar, se liga a escalas e temporalidades mais amplas de investimento, expropriação e fluxo financeiro global. Este trabalho visa desenvolver uma análise que é urgente e necessária

para compreender as violências relacionadas com a terra e a expropriação, não só no passado, mas também actualmente. Isto é especialmente importante para a análise pós-colonial em África, a chamada última fronteira de investimento (Sizemore, 2012).

Em primeiro lugar, apresento esta abordagem histórica baseada no lugar e a forma como se estende, as literaturas geográficas e sobre a corrida à terra, e em seguida rastreio as tentativas de produzir Xinavane como um espaço capitalista através de três vagas de investimento e expropriação por intermédio de três empresas açucareiras: a British Incomati Estates, a Portuguese Incomati Agricultural Society e, presentemente, a South African Xinavane Sugar Mill – Tongaat Hullet. Tal como se estivesse a seguir o rasto de uma produção de mercadorias através do espaço, reúno investigação etnográfica, cadastral e arquivística, a fim de explorar as transformações em estratificações ao longo do tempo.

Este artigo baseia-se no trabalho de campo etnográfico realizado em Xinavane de Outubro de 2013 a Maio de 2014 e em Junho de 2018, e que inclui mais de noventa entrevistas individuais e em grupo com residentes, trabalhadores e gestores da fábrica. Inclui igualmente entrevistas realizadas desde 2009 com representantes da indústria nacional e do Governo, organizadores de sindicatos, académicos independentes e afiliados a universidades e organizações da sociedade civil. Coloquei este trabalho etnográfico a par da pesquisa no cadastro nacional de terras (DNTF 1910-2006) da Direcção Nacional de Terras e Florestas em Maputo, a capital, de Maio a Agosto de 2013, durante o qual analisei mais de 40 ficheiros cadastrais associados à presença centenária da Açucareira de Xinavane (ver o catálogo da autora no Apêndice). ³Realizei ainda pesquisa arquivística no Arquivo Nacional de Moçambique, a partir de 2009, no Arquivo Histórico Ultramarino, assim como na Sociedade Geográfica de Lisboa em 2013 e no Arquivo Nacional Britânico, em Londres, em 2014. Produzi os mapas deste artigo em 2016-2017 e 2018 com a ajuda dos laboratórios do SIG da Universidade de Minnesota e da Universidade de Bucknell.

TERRA, CORRIDAS E A PRODUÇÃO HISTÓRICA DO LUGAR

Neste ponto, envolvo a literatura geográfica e de estudos agrários críticos. Começo por abordar os pensamentos históricos e geográficos Marxistas, e em seguida os estudos sobre a corrida aos recursos de um modo geral, e em Moçambique em particular.

GEOGRAFIAS HISTÓRICAS, TERRA E ESPAÇO CAPITALISTA

A história do território e o estudo da paisagem continuam a ser o cerne disciplinar da geografia. Sauer ([1925] 1963) é um dos académicos mais conhecidos no que respeita às relações

³ Tombo Nacional de Terras da Direcção Nacional de Terras e Florestas.

histórico-geográficas, em particular o seu trabalho sobre a morfologia da paisagem. O trabalho de Darby (2002) foi também fundamental para a “reconstrução de geografias passadas” (13), em especial num contexto europeu, descrevendo temas verticais das paisagens. Na viragem cultural da geografia dos anos 90, Cosgrove (1984) defendeu a paisagem como uma “forma de ver” numa perspectiva histórica, produzindo uma “geografia simbólica da paisagem cultural” (Morrissey *et al.*, 2014:9). Duncan (1990) e Duncan & Duncan (1988) enfatizaram os domínios discursivos para ler as paisagens como texto, explorando o poder na formação dos significados da paisagem. A maior parte da geografia histórica também se centrou na terra, no imperialismo e no discurso colonial na definição do presente colonial (ver Lester, 2000; Blunt & McEwan, 2002; Gregory, 2004; Heffernan, 2009). Morrissey *et al.* (2014) argumentaram que o ponto forte da geografia histórica é «a capacidade de situar a pesquisa localizada em contextos mais amplos e comparativos» (3).⁴

Entre os geógrafos marxistas, Mitchell (1996) explorou a luta laboral e a violência capitalista na produção histórica da Califórnia. Envolveu a economia política com uma perspectiva de geografia cultural para pesquisar a paisagem como um terreno físico e simbólico de poder. Mitchell afirma que é necessário muito trabalho para fazer com que a paisagem pareça natural, o que se coaduna com a descrição de um fetiche da mercadoria: «a paisagem é tanto um trabalho como um apagar do trabalho», um «projecto ideológico que procura apagar os próprios factos da sua produção (bastante social!)» (Mitchell, 1996:6). À semelhança do fetichismo da mercadoria, em que a produção capitalista esconde o trabalho necessário para produzir um objecto, os actores capitalistas usam a violência e a alienação para controlar e apagar a transformação da terra pelo trabalho, a fim de fabricar um recurso produtivo e uma imagem poderosa. Ao acompanhar as lutas agro-industriais da Califórnia ao longo de um período de 30 anos, Mitchell analisou a sua paisagem como uma ficção estetizada e que exclui o trabalho. A análise de Smith ([1984] 1990) sobre a produção da natureza tem eco em Mitchell através de uma abordagem mais explícita da economia política. Smith ([1984] 1990) analisou a forma como o espaço se torna mercantilizado, «em que “pedaços específicos de matéria” são produzidos “de acordo com... a sociedade capitalista”» (62). Este processo cria duas naturezas: uma equivalente ao valor de uso, e outra abstracta e equivalente ao valor de troca. No quadro das relações capitalistas, «o espaço pode ser transformado em mercado rí» (Smith, ([1984] 1990:80-81); para tal, é necessário que um “pedaço de matéria específico” seja identificável como o seu próprio objecto. No caso da terra, isto é conseguido através da confiscação: «na transição para o capitalismo, as confiscações criaram «espaço absoluto... o mundo inteiro foi

⁴ Ver Cosgrove & Daniels (1988) sobre iconografia da paisagem. Os estudos geográficos sobre história e paisagem são vastos; uma análise pormenorizada não se insere no âmbito deste artigo. Para visões gerais e novas direcções, ver Ogborn (1999), Matless (2003), Heffernan (2009), Wylie (2011) e Morrissey *et al.* (2014). A geografia histórica mais recente da África Austral inclui o *Journal of Southern African Studies* e edições especiais sobre lugar e identidade Lester (2003) e ambientalismo e turismo (McGregor, 2005).

dividido em parcelas legalmente distintas, divididas por grandes confiscações/cercados brancos, reais ou imaginários» (85).⁵ O capitalismo produz espaços absolutos (por exemplo, parcelas de terra) que podem ser utilizados para obter lucro. No entanto, argumentou Smith, o espaço puramente abstracto não pode ser realmente alcançado. A plena mercantilização da natureza «é apenas uma tendência, prometida continuamente pelo impulso para a universalidade. O capitalismo... não pode, por si só, cumprir a promessa» (Smith, ([1984] 1990:63). Nas relações capitalistas, imagina-se que a natureza se torna apenas valor de troca. No entanto, tal como a terra, o espaço «funciona como muito mais» (Smith, ([1984] 1990:87). A terra é necessária para criar produtos agrícolas, mas conserva outros objectivos e significados não associados à troca no mercado. A tendência do capital é «um impulso inerente para a falta de espaço, (...) uma equalização das condições e níveis de produção» (Smith, ([1984] 1990:93-94). No entanto, enquanto a natureza da terra pode ser confiscada, o capitalismo exige irregularidades e não pode mercantilizar totalmente a natureza. Por conseguinte, esta visão de ausência de espaço não pode ser totalmente bem-sucedida; fracassa.

Mitchell (1996) descreveu a produção agrícola da Califórnia ao longo de várias décadas; Smith ([1984] 1990) descreveu em pormenor o desenvolvimento do capitalismo global no espaço, sem prestar muita atenção ao tempo. Pretendo levar estas literaturas mais longe, pensando na terra, no lugar e no tempo de forma diferente. Deste modo, abordo a forma como um determinado lugar e a sua terra são criados e transformados através de relações multidimensionais (verticais e horizontais) e historicamente estratificadas. Esta abordagem contribui para novas viragens na geografia histórica que se baseiam nas geografias negras e nos estudos pós-coloniais. Van Sant *et al.* (2020) argumentaram que «a análise histórica não é apenas sobre o passado; é também crucial para os esforços dos geógrafos humanos críticos compreender e intervir no presente» (169). Com base no trabalho de McKittrick (2011) sobre os sentidos históricos e negros do lugar, e no trabalho de Pulido, Barraclough & Cheng (2015) sobre como as histórias raciais de Los Angeles produziram e espacializaram a violência racial hoje, Van Sant *et al.* (2020) «defenderam um rejuvenescimento e extensão de abordagens para os estudos histórico-geográficos que são *inspirados pelo envolvimento directo nos problemas do presente*» (169, itálico adicionado). Assim, perguntaram «como a investigação histórico-geográfica crítica pode reunir arquivos relevantes para os problemas do presente» (Van Sant *et al.*, 2020:171). No âmbito deste colectivo, Van Sant *et al.* (2020) utilizaram a «história especial do presente da plantação para explorar diferentes conceptualizações da temporalidade, argumentando que, em última análise, o passado não recua nem se acumula simplesmente» (170). Em Van Sant *et al.* (2020), Mollet desenvolveu a ideia de Stoler (2016) de história como recurso para abordar a forma como a história «se dobra sobre si própria». Do

⁵ O espaço impede uma visão geral dos ricos estudos sobre as confiscações e os bens comuns. Ver Thompson (1993), Jeffrey, McFarlane & Vasudevan (2012), Sevilla-Buitrago (2015), Amin & Howell (2016) e McDonagh & Griffin (2016).

mesmo modo, no âmbito da geografia crítica do desenvolvimento, Werner (2016) envolveu-se nesta dobragem do espaço e da história através do conceito de estratificação geo-histórica de Massey ([1984] 1995) (ver discussão mais adiante), juntamente com as teorizações dos estudos subalternos latino-americanos sobre a colonialidade do poder (Quijano, 2008; Mignolo, 2001). Werner (2016) esclareceu como o desenvolvimento espacial desigual une e vincula núcleos e periferias globais, estruturando fundamentalmente o investimento globalizado na produção têxtil das Caraíbas. Ela analisou «como as trajetórias regionais de acumulação capitalista moldam e são moldadas por histórias agrárias e rondas de investimento e reestruturação» (47). Ao examinar as estratificações multivalentes e as articulações e desarticulações do capital global existentes, Werner (2016) criticou «as narrativas de desenvolvimento dominantes que têm procurado reduzir processos espaço-temporais complexos» (48). O envolvimento das estratificações e (des)articulações do investimento demonstra como as histórias espacializadas produzem estruturas e dinâmicas contemporâneas de inclusão e exclusão socioeconómica que, por sua vez, produzem centralmente um lugar.

À semelhança dos estudos subalternos da América Latina, o teórico pós-colonial e cultural africano Mbembe (2001) enfatizou a ideia de emaranhados pós-coloniais, as ligações entre eventos e contextos coloniais e contemporâneos. Do mesmo modo, Stoler (2016) adoptou a noção de articulações ortogonais de Foucault para descrever como, em estratificações espaciais ao longo do tempo, os processos históricos ou coloniais e contemporâneos se ligam – ou desarticulam – de formas inesperadas⁶. Isto conceptualiza o tempo e o espaço de forma multidimensional, evitando os dilemas da historiografia linear, por exemplo, quando se comparam épocas coloniais e contemporâneas (Spivak, 1998). Tal como a pesquisa de Werner nas Caraíbas e de Van Sant *et al.* (2020), a minha pesquisa contribui para «uma atenção renovada às geografias históricas do e para o presente» (Van Sant *et al.*, 2020:169). Reúno estas abordagens e métodos variados para pesquisar a forma como os esforços actuais para produzir terra como mercadoria sem lugar se articulam com os do passado capitalista colonial. Faço-o recorrendo a uma pesquisa etnográfica, cadastral e arquivística igualmente profunda, para perguntar de que forma as ideologias e práticas do passado colonial, impregnadas de lugar, se articulam activamente com as violências contemporâneas relacionadas com a terra; faço-o também em diálogo com as recentes literaturas sobre a apropriação de recursos.

ESTRATIFICAÇÃO, CORRIDAS E USURPAÇÕES

Ao apresentar uma edição especial sobre as confiscações de terras contemporâneas, White *et al.* (2012) perguntaram quais as ferramentas analíticas que os críticos da “corrida global à terra” precisam para compreender «as relações entre... circuitos maiores de

⁶ Mollet envolveu-se na história de Stoler “como recurso”, como ela “se dobra sobre si mesma” (Van Sant *et al.*, 2020).

capital global (agro-negócio) e as mudanças que ocorrem ao nível das comunidades locais» (621). Segundo o apelo de Scoones *et al.* (2013) a «métodos específicos, fundamentados e transparentes» (469), alargo as questões colocadas por Li (2014) sobre como a terra passa a ser entendida como um bem passível de investimento. Pergunto como é que a terra se torna uma unidade de investimento, pensando também como é que isto funciona através da afirmação das populações de Xinavane de que Xinavane não é Xinavane. Ao fazê-lo, demonstro como o investimento capitalista não é inevitável, nem pode ser totalmente bem-sucedido na alienação da terra como mercadoria⁷.

Hall (2013) identificou três vagas de estudos agrários críticos sobre a expropriação de recursos: estudos Marxistas das décadas de 1970 e 1980, que exploram a acumulação e a expropriação, trabalhos das décadas de 1980 e 1990 sobre a deslocação induzida pelo desenvolvimento e literaturas contemporâneas sobre a apropriação de terras a partir de meados da década de 2000, muitas vezes com fundamentos de acumulação por expropriação. Nos estudos recentes, Li (2014) tem sido bem vista no seu trabalho sobre investimento e mercantilização da terra (Goldstein & Yates, 2017). Li explorou a natureza *ad hoc* das corridas contemporâneas aos recursos, questionando a conjuntura de vários actores e processos para tornar a terra susceptível de investimento. Li desconstruiu as ontologias capitalistas da capacidade de investimento da terra, realçando a heterogeneidade final da terra face às forças capitalistas universalizantes. Para a sua análise, Li utilizou a ideia de conjunto de investimentos, ou uma agregação instável de vários actores, legislação, administração, mudanças materiais e terrenos e significados heterogêneos⁸. Esta abordagem é útil, mas desafia esta literatura a envolver-se em processos mais prolongados de montagem de terras que actuam na coerência, fracasso e remontagem do investimento. Para o fazer, alargo o trabalho de Massey sobre as estratificações espaciais do investimento de modo a envolver a produção histórica do lugar.

Os primeiros trabalhos de Massey procuraram criar um diálogo entre as geografias Marxista, feminista e cultural. Em *Spatial Divisions of Labor*, Massey ([1984] 1995) concebeu o lugar como um conjunto de diversas formas e estruturas socioeconómicas, «um produto da combinação de estratificações da imposição sucessiva... de rondas de investimento, de novas formas de actividade... em que cada uma delas é sobreposta e combinada com os efeitos das estruturas espaciais que a precederam» (114). As novas actividades de investimento fundem-se com formas mais antigas, em que “cada nova combinação de estratificações sucessivas [produz]

⁷ As literaturas sobre a corrida aos recursos e a usurpação de terras constituem uma área de estudo enorme e em mutação, que não pode ser totalmente sintetizada neste artigo. Faço referência a artigos de enquadramento no *Journal of Peasant Studies* e no *Third World Quarterly* e aos debates que suscitaram desde a década de 2000. Para uma panorâmica histórica das confiscações de terras em África, ver Baglioni & Gibbon (2013) e Wily (2012).

⁸ Uma discussão sobre a teoria da montagem (*assemblage*) ultrapassa o âmbito do presente artigo, mas Li parece não diferenciar entre o *agencement* de Deleuze – ou montagem, a coesão de partes heterogêneas – e o *dispositif* de Foucault – ou aparelho, que enfatiza a governação, a indução de determinados comportamentos (Legg, 2011). Em vez disso, Li parecia descrever ambos os aspectos das conjunturas *ad hoc* – agregações contingentes e contraditórias de factores, processos e actores – e a forma como produzem sistemas de práticas directivas.

uma nova forma e uma distribuição de igualdade, que por sua vez, constitui a base geográfica para a ronda de investimento seguinte” (119). O investimento historicamente dependente e as estruturas socio-espaciais produzem o lugar de forma desigual, criando possibilidades e limites para o investimento, bem como para a desigualdade. No entanto, em vez de as vagas de investimento produzirem topografias distintas, o lugar é moldado através de relações activas e interdependentes entre as diferentes estratificações temporais do lugar: «crucialmente – elas interagem» (321). Estas formas socio-espaciais em interacção, as desigualdades e as suas inscrições no lugar são fundamentais para a produção de terra para a produção capitalista. Esta ideia é semelhante à de Smith ([1984] 1990) de espaço profundo em que «diferentes estratificações de vida e paisagem social são sedimentadas umas nas outras» (161). Este espaço profundo estratificado, num lugar específico, é «quintessencialmente espaço social; ... a “produção do espaço” de Lefebvre no seu sentido mais rico» (161). A “Concepção de Estratificações Geo-históricas” de Massey ([1984] 1995) «[capta] a inter-relação histórica do espaço» (197) e as suas interacções cruciais na construção do lugar⁹.

A conceptualização da terra através de estratificações históricas permite uma melhor compreensão dos investimentos contemporâneos e das corridas à terra. Respondendo à pergunta de White *et al.* (2012) sobre as análises necessárias para compreender a confiscação, Edelman, Oya & Borrás (2013) «apelam a uma fundamentação mais rigorosa das afirmações sobre os impactos, ao escrutínio dos projectos falhados e ao reexame da *longue durée*», bem como ao papel dos desníveis sociais e da resistência na «definição dos resultados agrários» (1517). No continente africano, em particular, este aspecto é significativo devido à volatilidade da especulação financeira de alto risco e à grande escala dos negócios de terras propostos. Peluso & Lund (2011) argumentaram que «os novos mecanismos de controlo da terra, as suas justificações e alianças para retomar a terra, bem como o contexto político-económico do neoliberalismo» (672), tornam estes processos únicos nos dias de hoje. É certo que, para Xinavane, as novas estratégias de controlo da terra e do trabalho; as conjunturas orientadas para o desenvolvimento do Estado, dos actores locais e do capital privado; e as formas neoliberais de governação e produção são importantes para compreender o investimento.

Ainda assim, Peluso & Lund (2011) juntaram-se a outros ao sublinharem a necessidade de «uma compreensão aprofundada das trajectórias históricas» (669) e das formas específicas de confiscação. Embora a história seja um pano de fundo passivo em grande parte destes estudos, outros como Edelman & León (2013), Edelman, Oya & Borrás (2013) e Moore (2005) sobre a terra e o lugar do Zimbabwe como um emaranhado histórico e em estratificações, demonstram a necessidade de uma melhor análise histórica. Fazendo eco de Massey ([1984] 1995), Edelman & León (2013) examinaram a forma como a apropriação de terras

⁹ Embora Massey se tenha concentrado na Grã-Bretanha e em locais industrializados.

depende de vagas de investimento mais antigas: cada «novo ciclo teve de levar em conta (e é profundamente moldado por) formações sociais pré-existentes e particularidades locais e regionais» (1697). «Com efeito, as chamadas terras vazias são tipicamente produzidas – geográfica e discursivamente – através de processos anteriores de conflito ou resistência que deslocaram ou excluíram grupos específicos» (1698). Levar a sério os processos passados permite identificar investimentos mais longos, narrativas de vazio para a produtividade e deslocações através da terra.

O “momento presente”, entendido historicamente, pode ser visto «como um resultado epifenomenal de processos sociais e materiais anteriores e restaura a actuação das classes sociais em conflito, em vez de entender as suas acções como inteiramente sobredeterminadas... contextos particulares são caracterizados por reportórios históricos profundamente arraigados de contenção de classe e género e repressão estatal que moldam os conflitos de terra e facilitam ou impedem acordos em larga escala» (1698). Estas conjunturas históricas, que «se traduzem em consequências políticas, económicas... mais tarde» (Edelman & León, 2013:1698), são densas e imprevisíveis. A atenção às estratificações da terra é também «essencial para restaurar um sentido de... actuação (1521) para os membros e residentes da comunidade. Como tal, as possibilidades de investimento actuais têm tanto que ver com a “resistência e repressão” históricas e contemporâneas (1715), como com mudanças no capital financeiro. O foco nas «histórias vividas de expropriação e nas memórias dos ciclos de apropriação de terras» (1716) permite compreensões e acções que associam processos passados ao presente e ao futuro. Moore (2005) explorou de forma semelhante os emaranhados históricos da terra de «alinhamentos mutáveis e constelações condicionantes de poder» (7). Explorando as geografias da violência no Zimbabwe, Moore realçou estas histórias como «*sedimentadas* em paisagens de expropriação racializada (xi, em itálico no original). Ao mesmo tempo, Moore evocou a terra como estratificada e mutável: «Embora faça parte da paisagem, o solo sedimentado também pode ser desenterrado e transformado através do trabalho árduo para produzir novos alinhamentos» (331). A luta situada e as forças políticas e económicas produzem «uma paisagem emaranhada na qual se combinam múltiplas espacialidades, temporalidades e relações de poder» (4, itálico no original)¹⁰. Para melhor compreender as implicações da usurpação de terras, os estudos sobre a corrida aos recursos têm de se debruçar sobre as histórias específicas e activas do investimento. Para tal, a compreensão da terra como um conjunto de estratificações históricas multidimensionais permite aos académicos interrogar os papéis coloniais e contemporâneos do investimento na formação do lugar. Tal como se traçam as ligações de uma mercadoria através do espaço, a interrogação das estratificações históricas do lugar funciona para o desconstruir como fetiche. Esta abordagem permite aos estudiosos identificar as tentativas de separar a terra dos seus tecidos sociais e

¹⁰ Estudos agrários críticos recentes e estudos de economia política agrária identificam a espacialidade, a história e a marginalização como áreas focais importantes (Fairbairn et al., 2014; Edelman & Wolford, 2017).

histórias enraizados para a produzir numa imagem capitalista. A desconstrução deste fetiche permite reafirmar o tecido social do lugar, ou o que faz do lugar, lugar.

Nos estudos que exploram as corridas moçambicanas, Myers (1994) demonstrou como os actores historicamente enraizados fizeram reivindicações de terra ao longo do tempo, particularmente no que diz respeito à posse de terra colonial e tradicional. Enfatizando a inserção histórica que enquadra as lutas pela terra em Moçambique, Myers explorou a forma como diferentes actores durante a era da independência colonial e os períodos de liberalização «contribuem para um quadro complexo de direitos sobrepostos sobre a terra e reivindicações competitivas» (619). Investigando as múltiplas esferas domésticas nacionais na tomada de decisões sobre o arrendamento de terras, Fairbairn (2013) elucidou como, através do controlo social e estatal colonial, os actores de elite continuaram a influenciar criticamente os direitos e as lutas pela terra em Moçambique. Traçando a era da independência colonial e a reforma e privatização, Veldwisch (2015) argumentou que «a transformação rural não acontece num vazio histórico. ... (no Chókwe) cada fase deixou a sua marca no sistema de produção irrigada, algumas marcas sob a forma de padrões sociais, outras inscritas na... paisagem» (1005). Deste modo, os estudiosos da corrida aos recursos em Moçambique argumentaram sobre a importância de avançar com uma análise histórica específica para situar as actuais reivindicações e expropriações de terra. Levo esta literatura mais longe, pensando em como a mercantilização da terra contemporânea ocorre através de interligações históricas.

As expropriações de hoje não são apenas um fenómeno capitalista contemporâneo. Pelo contrário, histórias longas e há muito contestadas de expropriação e violência permitem a actual aquisição e expansão de terras. Numa altura em que o fronteirismo do investimento se baseia centralmente na alienação de recursos coloniais, é imperativo investigar as repetições e desconexões dinâmicas das terras. Em Moçambique e nos contextos africanos, uma tal abordagem permite que se veja como aspectos específicos de investimentos anteriores constituem activamente o presente. Em Moçambique, isto inclui recapitalizações de investimentos mais antigos. Nas secções seguintes, analiso as estratificações de investimento de Xinavane para demonstrar como, apesar das tentativas de alienar a terra e tornar Xinavane sem lugar, estes esforços acabam por falhar.

XINAVANE, MOÇAMBIQUE

Os imigrantes portugueses começaram a estabelecer-se no que é hoje Moçambique, no sudeste do continente africano, no final do século XIV. No final do século XIX, Portugal iniciou esforços militares e económicos formais com o objectivo de ocupar o território. O controlo colonial era fraco, o que levou a práticas especialmente brutais, incluindo o *chibalo*, ou trabalho forçado, o que Allina (2012) descreveu como «escravatura com outro nome». Em 1975, Moçambique

conquistou a independência e criou um governo socialista dirigido pelo partido Frelimo. Apenas dois anos mais tarde, a África do Sul do *apartheid* começou a apoiar os esforços de desestabilização, transformando-se num conflito civil que destruiu a auto-suficiência do Estado e da comunidade. Com as pressões da liberalização do comércio em meados da década de 1980, Moçambique passou de uma República socialista para uma economia de orientação capitalista; em 1992, a Frelimo e o partido da oposição Renamo assinaram um acordo de paz. Em 1992, a Frelimo e o partido da oposição Renamo assinaram um acordo de paz. Em meados da década de 1990, o Governo convidou ao investimento para restabelecer a produção capitalista, tendo em vista o desenvolvimento liderado pelo sector privado.

Moçambique é especialmente significativo no âmbito dos debates sobre a corrida aos recursos, uma vez que as empresas estrangeiras concessionaram grandes extensões de terra. Já na década de 1990, mais de 40 milhões de hectares – mais de metade da superfície de Moçambique – estavam concessionados a privados (Myers, 1994). A partir de 2013, os países nórdicos, o Reino Unido, a África do Sul e Portugal adquiriram vastas propriedades (Fairbairn, 2013). O reassentamento de 7000 pessoas em Massingir junto do parque interno do Limpopo e o projecto de etanol ProCana, três vezes fracassado, suscitaram um debate académico e público (Borras, Fig & Suaréz, 2011; Lunstrom, 2014; Milgroom, 2015; Otsuki, Achá & Wijnhoud, 2016). O investimento Sul-Sul produziu contornos desiguais: a União dos Camponeses criticou fortemente o ProSavana no Norte, uma importante parceria Brasil-Japão-Moçambique que promove a agricultura orientada para a exportação (Wolford & Nehring, 2015).

Neste contexto, Xinavane é uma cidade agro-industrial situada a 3 horas a norte da capital. É um local impressionante, com campos de cana que se estendem por quilómetros e quilómetros. Xinavane mudou radicalmente nos últimos 20 anos, após o abandono dos canaviais e o cultivo doméstico na sequência do conflito. É difícil exagerar até que ponto a Açucareira de Xinavane transformou a terra e foi elogiada como uma das maiores histórias de sucesso da liberalização em Moçambique. A empresa triplicou a sua propriedade agrária e a produção de açúcar, e aproveitou uma força anual de 10 000 trabalhadores locais e migrantes. A indústria do açúcar é o segundo maior empregador nacional, a seguir ao Estado moçambicano, e o maior empregador privado do País.

Xinavane é, de longe, a maior entre as quatro propriedades açucareiras rehabilitadas de Moçambique, ultrapassando largamente a sua antiga – e de outras fábricas famigeradas – produção colonial de trabalho forçado (Vail & White, 1981; Buur, Mondlane & Baloi, 2011; Lazzarini, 2017)¹¹. Se se considerasse esta apropriação de terras apenas num sentido contemporâneo, a actual Tongaat Hulett Investment pareceria ser a impressionante realização de investimento que a indústria e os representantes do Governo defenderam que era. Na sua narrativa, a fábrica revitalizou esta

¹¹ Portugal exigia que os homens nativos moçambicanos se dedicassem ao trabalho forçado; após 1962, o trabalho passou a ser efectuado por coacção extrajudicialmente (Kagan-Guthrie, 2018).

zona rural depauperada, transformando-a num local de sucesso capitalista (Entrevista com o representante do Centro de Promoção Agrícola, 2 de Agosto de 2011).

No entanto, esta visão desmente as estratificações históricas deste lugar. Analiso a forma como a terra aqui foi inscrita através da reivindicação e da prática de gestão (Peluso & Lund, 2011; Li, 2014) como um espaço de possibilidade financeira e retornos lucrativos, através da expropriação colonial e contemporânea, estatal-privada. Nas secções seguintes, explicarei três níveis fundamentais de investimento, desinvestimento e reinvestimento, para se compreender como a Açucareira de Xinavane recuperou e expandiu as propriedades agrárias. Examinou, em particular, as empresas britânicas, portuguesas e sul-africanas da região ao longo do século passado. Estes níveis de investimento integraram os residentes na produção de açúcar por intermédio da confiscação de terras, da deslocação e da utilização de mão de obra forçada através de meios directos e informais. No entanto, estes processos não foram inalterados nem eram previsíveis. Os residentes desafiam as narrativas de sucesso do reinvestimento, interrompendo repetidamente as tentativas capitalistas de suprimir os tecidos e passados sociais desiguais deste lugar. Exploro as tentativas de produzir terra como mercadoria e espaço puramente capitalista, bem como as linhas de fractura desta ficção em cada nível.

NÍVEL I: INCOMATI ESTATES (1910-1952) LEGISLAÇÃO AGRÁRIA NOS CONTEXTOS REGIONAL E LOCAL

A Incomati Estates, uma empresa britânica, introduziu a produção de açúcar ao longo do rio Incomáti. Neste período, as terras de Xinavane tornaram-se passíveis de investimento por meio de legislação, parcelamento e arrendamento de terras, do trabalho forçado do *chibalo* e de discursos de sucesso capitalista que permitiram o financiamento transnacional.

A partir de finais da década de 1880, Portugal procurou transformar os seus territórios africanos em espaços capitalistas produtivos. Devido à escassez de recursos financeiros e populacionais, Portugal recorreu a investimentos europeus não portugueses para desenvolver os seus territórios no continente. Ao arrendar enormes concessões privadas para administrar o Centro e o Norte do território, as empresas concessionárias desenvolveram plantações, em grande parte graças ao financiamento britânico e ao trabalho forçado (Newitt, 1973; Head, 1980; Vail & White, 1981; Neil-Tomlinson, 1987). Portugal atribuiu concessões menores na região Sul do Save, onde as propriedades da Incomati Estates começavam (Abrantes *et al.*, 1989). Em 1918, o governo colonial instituiu uma nova Lei de Terras. Esta criou três categorias de terras, em que Portugal controlava directamente o território do Estado, os súbditos africanos sob domínio tradicional eram relegados para terras de reserva nativas e as empresas coloniais administravam directamente as concessões privadas. Esta legislação restringia a circulação dos povos indígenas e exigia que os “nativos” se dedicassem a trabalhos forçados “produtivos”, criando reservas de

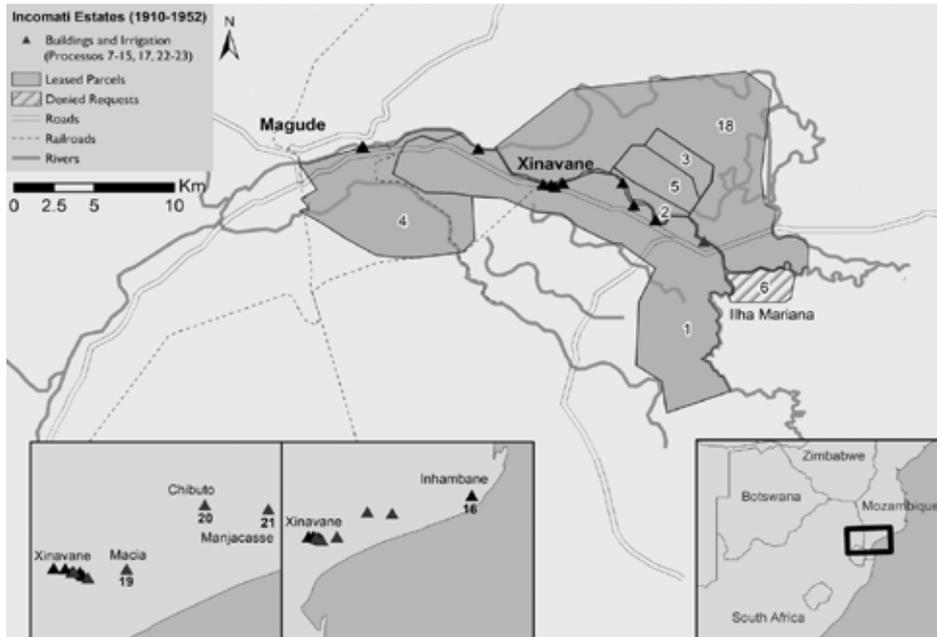
mão de obra africana para a produção capitalista europeia (Penvenne, 1989; O’Laughlin, 2000). Esta legislação proporcionou a arquitectura jurídica para as confiscações coloniais.

TERRAS PRODUTIVAS E TRABALHO MIGRATÓRIO FORÇADO

Ligado ao açúcar sul-africano, em 1914, um investidor britânico, E. B. Ridsdel, registou as propriedades da Incomati Estates em Londres (Lazzarini, 2017). Parcelas de terras relacionadas com Xinavane - Arquivos do Cadastro Nacional de Terras (Anexo) - mostram que Portugal autorizou uma concessão inicial de quase 8000 ha para o «bom (e) rápido desenvolvimento da colónia» (Área 1, 3). Ridsdel acabou por requerer cinco parcelas de terras primárias ao longo do rio. Os arquivos cadastrais demonstram uma série de actividades destinadas a produzir a capacidade de investimento da terra, através de levantamentos de terras, registo de parcelamentos, pagamentos de arrendamento, declarações públicas notariais e anúncios de titulação publicados no Boletim Oficial da Província de Moçambique. Estas medidas aumentaram as propriedades da Incomati Estates para 10 742 ha em 1930. O Estado também autorizou concessões para irrigação e recrutamento de mão de obra forçada na província do Sul (Figura 1). Em 1952, as propriedades do Estado incluíam 23 concessões e quase 19 000 ha de terras supostamente elegíveis para investimento (Figura 1).

A transformação relacionada com o investimento também foi acompanhada por um novo sistema de trabalho (Lazzarini, 2017). Os administradores da Incomati Estates e coloniais procuraram deslocar e restringir as populações locais a reservas indígenas dentro e perto das concessões, exigindo impostos e coagindo os moçambicanos a auferir salários (Entrevista com o representante da comunidade 1, 31 de Janeiro de 2014). O Estado contratou homens de Xinavane para trabalharem como migrantes sul-africanos, alienando duplamente os habitantes locais da terra (Harries, 1994). Ao mesmo tempo, a empresa e o Estado forçaram a vinda de trabalhadores migrantes do Norte para Xinavane (Zamparoni, 2004). Este sistema, orquestrado através de uma parceria entre a administração colonial e as empresas privadas, criou um sistema semi-proletarizado e dividido por géneros, no qual os homens moçambicanos eram obrigados a partir em busca de salários, as mulheres locais trabalhavam em terras menos aráveis para a reprodução familiar e os homens migrantes eram forçados a deslocar-se para a zona (Lazzarini, 2017).

FIGURA 1. PARCELAS DE TERRA DA INCOMATI ESTATES, 1910-1952.



Fonte: Dados do Cadastro Nacional de Terras, Direcção Nacional de Terras e Florestas (DNTF, [1910] 2006) (Moçambique). Mapa produzido pela autora.

FICÇÕES DE SUCESSO DE INVESTIMENTO

Do ponto de vista dos administradores coloniais e da empresa, a Incomati Estates foi um sucesso retumbante. A empresa importou tractores e gado, implementou um sistema de irrigação britânico de última geração, montou uma fábrica e através do *chibalo*, produziu milhares de trabalhadores forçados (Área 1). Ridsdel atraiu mais financiamento britânico apregoando os solos férteis da terra e os elevados rendimentos previstos (British National Archives, ([1920] 1923). Em 1920, o Barclays Bank e o National Bank of South Africa apoiaram a Incomati Estates, que se tornou uma empresa pública, e a maioria dos accionistas britânicos comprou mais de 215 000 acções (British National Archives, 1920). A Incomati Estates estimou em 174 500 libras os lucros do ano. Em 1923, o capital social nominal era de 250 000 libras, com mais de 380 accionistas (British National Archives, ([1920] 1923). As violentas condições de trabalho forçado da Incomati Estates, que conduziram a elevadas taxas de fome e de mortalidade, impulsionaram a produção da empresa e as suas acções no estrangeiro (Zamparoni, 2004). Em 1943, a Incomati Estates tornou-se fundamental para a economia do Sul, e Portugal atribuiu-lhe uma Ordem de Mérito Industrial. O periódico governamental *Moçambique - Documentário Trimestral* descreveu a Incomati Estates como uma «heróica ocupação económica» de antigas terras africanas, dando vida a Xinavane e a uma boa parte do comércio da província

do Sul do Save (Costa, 1943:103). De acordo com a ficção do sucesso do investimento, a Incomati Estates tinha vitalizado a área, transformando-a de terra africana não trabalhada em produção europeia, proporcionando uma atractiva oportunidade financeira britânica. Nesta primeira camada de investimento capitalista, a legislação de terras portuguesa, os processos cadastrais para parcelar a terra, os esquemas de trabalho forçado e as narrativas de sucesso financeiro juntaram-se para criar um lugar colonial-capitalista distinto dos seus vizinhos africanos. Estes métodos procuravam produzir um espaço europeu e foram fundamentais para criar a colónia portuguesa e manter o império no continente.

COESÃO INCOMPLETA

Todavia, e apesar desta narrativa de sucesso capitalista, as propriedades agrárias da empresa eram, de facto, ténues, lentas a estabelecer e incompletas. Em primeiro lugar, oito regedorias distintas, ou seja, zonas sob a governação de régulos, tinham jurisdição sobre a área actualmente conhecida como Xinavane¹². A Incomati Estates só conseguia operar através de negociações extra-capitalistas, através de acordos de terra verbais celebrados com régulos da zona, que por vezes davam prioridade aos interesses da comunidade e outras vezes aos do Estado colonial. A empresa obteve permissão para usar certas extensões de terra de régulos individuais (Entrevista com o representante da aldeia da zona, 27 de Junho de 2018). Foi apenas quando um régulo morreu e a presença da Incomati Estates em Xinavane se tornou mais estabelecida, que a empresa revelou que tinha obtido direitos do Estado sobre a terra.

Por outro lado, a empresa não conseguiu controlar completamente as suas terras concessionadas, tendo demorado várias décadas a tornar-se uma entidade séria. Em 1920, a empresa solicitou ao Estado a remoção de 187 aldeias indígenas e 497 casas (Área 1) das suas zonas, mas os anciãos de Xinavane referem que a empresa só conseguiu expor estas comunidades várias décadas mais tarde. Em vez disso, a constituição da Incomati Estates foi feita de forma fragmentada ao longo da década de 1920, à medida que a empresa adquiriu lentamente os direitos dos anteriores proprietários não-africanos com vista a fundir várias parcelas de terra. Além disso, apesar dos registos, dos pagamentos e dos anúncios no Boletim Oficial, os administradores coloniais informaram que os residentes africanos dependiam de certas áreas para o pastoreio do gado e indeferiram alguns pedidos (Área 6).

Por último, embora a empresa tivesse legalmente direito ao uso pleno das suas terras, o perímetro da Incomati Estates era imperceptível. A maior e mais extensa parcela da empresa, por exemplo, era usada para o cultivo e criação de gado, com grandes assentamentos da

¹² Estes eram Machambutana, Machambiana, Chianissane, Ilha Mariana, Buna, Conzuene, Movana e Chibanza. Os administradores coloniais nomeavam os régulos com base na orientação para a ocupação ou jurisdição tradicional sobre uma área. Fairbairn (2013) e Myers (1994) discutiram a política de apoio dos régulos à administração colonial e contemporânea do Estado.

regedoria localizados dentro dela (Área 18). Em vez de ser inevitável, o estabelecimento da Incomati Estates não foi fácil nem garantido. A empresa e o Estado trabalharam no sentido de criar Xinavane como um espaço orientado para o capitalismo, mas os seus esforços no sentido de reclassificar a área de terra africana, supostamente improdutivo, como um espaço de sucesso colonial e capitalista europeu foram inerentemente fracturados.

NÍVEL II: SOCIEDADE AGRÁRIA DO INCOMÁTI (1952-1996) CONTEXTOS REGIONAL E LOCAL

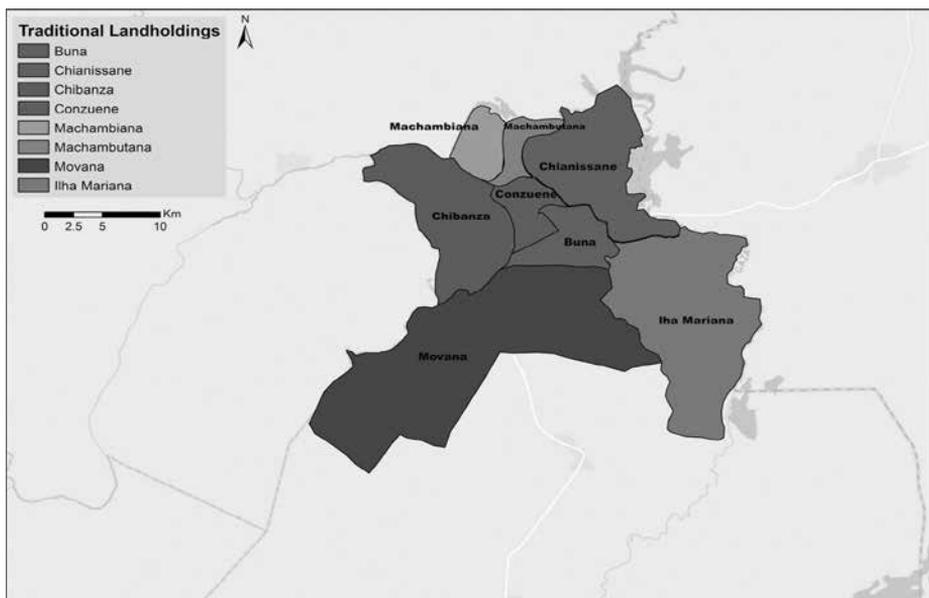
Em 1952, a Sociedade Agrícola do Incomáti, uma empresa portuguesa, comprou a Incomati Estates por 900 000 libras (Entrevista com o representante da comunidade 1, 31 de Janeiro de 2014; Área 17). Em vez de uma empresa pública com acções e acesso a financiamento britânico, a sociedade era um grupo de 10 membros, na sua maioria baseados em Lisboa, com muito menos poder de investimento. Num contexto de lutas pela autodeterminação em todo o continente, Portugal começou a apoiar a actividade económica nacionalista nas suas colónias, em vez da estrangeira, para manter os seus territórios africanos. Com menos financiamento, as empresas portuguesas exploraram mais as concessões existentes em vez de as expandirem. Em toda a colónia, o Estado e as empresas expropriaram seriamente as pessoas das concessões e exploraram mais intensamente o trabalho forçado para aumentar a produção (J. Mandlate, Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, comunicação pessoal, 11 de Julho de 2018). Em Xinavane, o Estado apoiou mais plenamente os esforços da Sociedade, que reintegrou as parcelas da antiga Incomati Estates, intensificando a expropriação de terras e o trabalho forçado.

TERRAS PRODUTIVAS E TRABALHO MIGRATÓRIO FORÇADO: EXPROPRIAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO

Durante este período em que tinha a posse das terras, a Sociedade apenas requereu seis novas parcelas, procurando, pelo contrário, uma maior posse das terras já atribuídas. Em 1953, o Estado e a empresa instigaram grandes despejos das parcelas da Sociedade (Entrevista com o representante da comunidade 1, 31 de Janeiro de 2014; Entrevista com o representante da aldeia da zona, 27 de Junho de 2018). O Senhor Andréas referiu que os administradores identificaram áreas pouco povoadas e, em seguida, a polícia ordenou que o Régulo da zona saísse.

«O Régulo foi instruído pelo governo, pelo administrador, (que) todos deviam partir para a zona X [no mato]. Então, as pessoas começaram a cortar cana... para construir (novas casas) para sobreviver lá.» (Entrevista com o Senhor Andréas, 31 de Janeiro de 2014)

FIGURA 2. PROPRIEDADES DE TERRA DE XINAVANE ANTES DAS CONCESSÕES: OITO JURISDIÇÕES.



Fonte: Dados de "Mapas antes e depois das concessões" (Arquivo Histórico de Moçambique, 1966).
Mapa produzido pela autora.

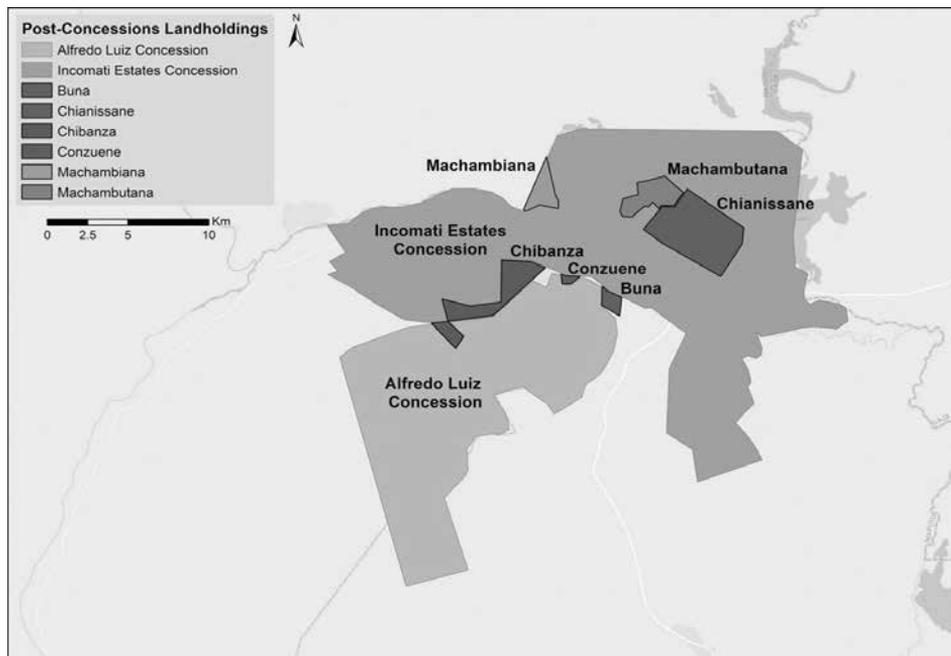
A Sociedade expulsou a população de Xinavane das terras da empresa, entrincheirando as duas concessões da zona: a da Sociedade e a de uma empresa de exploração de gado, Alfredo Luis e Filhos. O Estado ordenou que seis regedorias fossem transformadas em pequenas reservas nativas, "ilhas" circunscritas dentro das duas concessões (Figuras 2 e 3). Antes das expulsões, viviam na zona 26 000 pessoas e existiam 7500 cabeças de gado; após as expulsões, 4000 pessoas e 1000 cabeças de gado foram confinadas num espaço de 2610 ha (Mozambican Historical Archive, 1966)¹³.

A Sociedade e os administradores coloniais também intensificaram o sistema de trabalho forçado da Incomati Estates, aumentando drasticamente o trabalho forçado, particularmente entre 1958 e 1959. Além de receber moçambicanos condenados a trabalhos correcionais, a Sociedade ganhou 2 parcelas de terra, na década de 1950, para intensificar o recrutamento de trabalho forçado (Mozambican Historical Archive, 1959a; Figuras 1 e 4). Entre esses anos, o número de trabalhadores da Sociedade quadruplicou, passando de cerca de 1400 para 5900 trabalhadores (Mozambican Historical Archive, 1959b). Apesar de Portugal ter abolido formalmente o trabalho do *chibalo* em 1961, as condições de trabalho permaneceram idênticas (Allina, 2012; Kagan-Guthrie, 2018). A Incomati Estates transferiu a Fábrica de Açúcar da sua

¹³ As comunidades expulsas em 1953 permanecem nessas zonas. «Naquela zona ali eles estão mesmo no mato!» (Entrevista com o Senhor Andréas, 31 de Janeiro de 2014).

localização inicial em Xinavane para a actual, e a Sociedade expandiu a Vila de Xinavane na sua nova localização (Área 24). Vagas de trabalhadores migrantes, na década de 1960, começaram a instalar-se na vila e as oito comunidades da regedoria foram empurradas para fora de Xinavane para reservas nativas (Entrevista com o representante da comunidade 2, 26 de Junho de 2018).

FIGURA 3. PROPRIEDADES DE TERRA DE XINAVANE DEPOIS DAS CONCESSÕES: SEIS JURISDIÇÕES E INCOMATI ESTATES E CONCESSÕES ALFREDO LUÍS.



Fonte: Dados de Arquivo Histórico de Moçambique (1966). Mapa produzido pela autora.

COESÃO INCOMPLETA

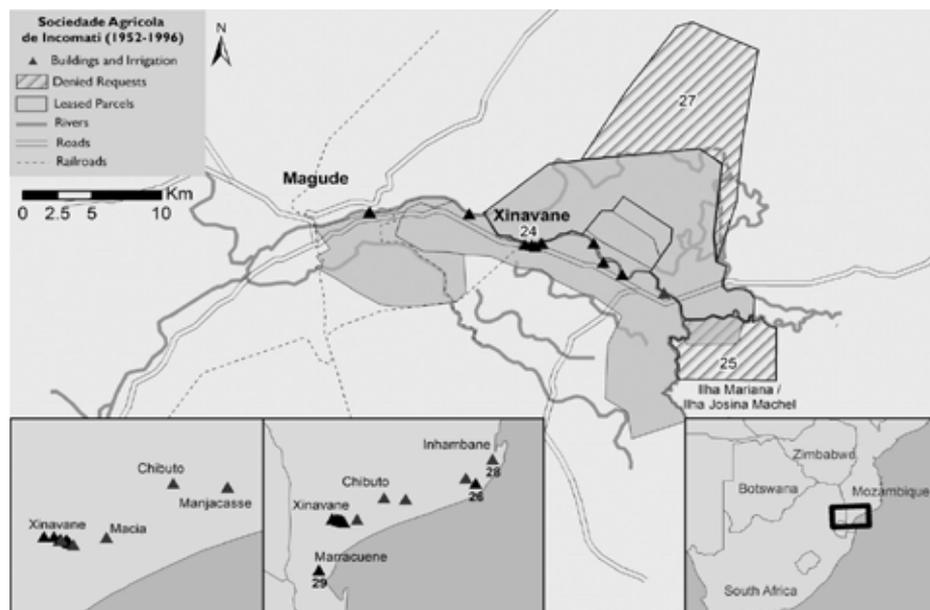
Apesar destas intensificações, o controlo das terras por parte da Sociedade continuou a ser lento e fragmentado. Em primeiro lugar, a Sociedade tentou expandir algumas propriedades, mas os desafios locais impediram esses esforços. Em particular, na década de 1950, a Sociedade solicitou ao Estado duas parcelas que totalizavam 8500 ha, o que teria aumentado as suas propriedades para cerca de 27 500 ha (Figura 4). Em 1966, os conflitos sobre esta tentativa chegaram ao auge e três régulos confrontaram o administrador local com a falta de terras. Sendo “obrigado” pela «urgência da situação da terra em Xinavane» (Serra, 1966:94), um fiscal colonial escreveu que a

«área é insuficiente para a vida destes... indígenas... as aldeias... estão encurraladas dentro das concessões da (Sociedade), um problema sério... devido às grandes parcelas de terra já concedidas...

é preciso ter mais cuidado com as concessões e demarcações de terras em... Xinavane... Caso contrário, os nativos (causarão) sérias dificuldades para o assentamento e para as necessidades da vida normal» (Serra, 1966:94).

Dois mapas acompanham o relatório, ilustrando os confinamentos da regedoria dentro das concessões (reproduzidos nas Figuras 2 e 3). O fiscal instava o Estado a rever as concessões de Xinavane, tendo escrito que se as necessidades das populações de Xinavane não fossem atendidas, a questão iria explodir, ameaçando o centro agro-industrial da economia do Sul. Em resposta, o Estado colonial bloqueou e acabou por indeferir os principais pedidos de parcelas da Sociedade. Em 1960, um administrador informou que a Sociedade já tinha proibido o acesso da população de Xinavane à «concessão da Sociedade, obrigando assim os nativos a procurar outras pastagens para o seu gado» (Dile 27, 24). Se a concessão que expandia a área para leste fosse aprovada, por exemplo, esta medida iria novamente expulsar as populações de Xinavane, «um grande número das quais tinha sido [já] retirado pela (Sociedade)» (Área 27, 24). Fazendo eco do indeferimento à Incomati Estates de uma concessão de terras a leste, em 1916 (Figura 1), em 1974, um administrador escreveu que o Estado devia rejeitar qualquer pedido nesta área, excepto em casos absolutamente “fundamentais” e “excepcionais” (Área 25, 94). Vinte e um anos após o requerimento, e um mês antes do golpe militar português que levou à independência, o Estado indeferiu o pedido da Sociedade da Área 25 (Figura 4). Com o declínio do poder português causado por uma luta anticolonial mais alargada no continente, os administradores levaram cada vez mais a sério os desafios dos moçambicanos, rompendo assim com a ficção de Xinavane como um sucesso de investimento inevitável.

FIGURA 4. PARCELAS DE TERRA DA SOCIEDADE AGRÍCOLA DO INCOMATI, 1952-1996.



Fonte: Dados do Cadastro Nacional de Terras, Direcção Nacional de Terras e Floresta (DNFT, [1910] 2006) (Moçambique). Mapa produzido pela autora.

MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE: RESSIGNIFICAÇÕES

Em 1975, Moçambique conquistou a independência. O novo Governo socialista (Frelimo) e o primeiro presidente democraticamente eleito, Samora Machel, nacionalizaram a maior parte das indústrias (Pitcher, 2002). Com o apoio da URSS, da China e de Cuba, o novo Estado soberano supervisionou o investimento em termos radicalmente diferentes. Em Xinavane, o director da Fábrica da Sociedade fugiu, mas a empresa permaneceu e apoiou a nova nação; Machel elogiou pessoalmente a empresa (entrevista com o representante da comunidade 1, 31 de Janeiro de 2014). A Frelimo reclassificou o açúcar como uma indústria nacional crucial, agora impulsionada por “trabalhadores de vanguarda” (The Party in Mozambique, 1982). Depois de os régulos de Xinavane terem contado a sua alienação das terras de Xinavane ao Presidente, Machel ordenou à Sociedade que devolvesse algumas terras aos residentes, ajudando a ressignificar a área como um espaço socialista africano, e não um espaço colonial-capitalista europeu (Entrevista com o representante da aldeia da zona, 27 de Junho de 2018). No entanto, apesar do apoio político e económico internacional, o investimento rapidamente se retraiu no meio de um conflito civil crescente. Na década de 1980, Xinavane foi cercada e atacada, a fábrica e os residentes abandonaram a maior parte dos campos, a Sociedade contraiu uma grande dívida e a produção de açúcar quase parou (Entrevista com o representante da

comunidade 1, 31 de Janeiro de 2014). No final da década de 1990, o Governo, ao adoptar uma economia capitalista, começou a convidar investidores estrangeiros para reconstruir o País. Uma vez que os Régulos ainda supervisionavam a terra e os residentes acediam a ela de forma desigual, o seu uso era controverso, embora os residentes cultivassem áreas formalmente arrendadas à Incomati Estates e à Sociedade (Gengenbach, 2005; O’Laughlin & Ibraimo, 2013; Entrevista com o representante da comunidade 1, 31 de Janeiro de 2014; Entrevista com trabalhador agrícola, 5 de Março de 2014; O’Laughlin, 2017). Ainda assim, os residentes deslocavam-se, viviam e cultivavam a terra de acordo com regras comunitárias diferentes, embora complexas.

NÍVEL III: AÇUCAREIRA DE XINAVANE – TONGAAT HULETT (1996) LEGISLAÇÃO AGRÁRIA NOS CONTEXTOS REGIONAL E LOCAL

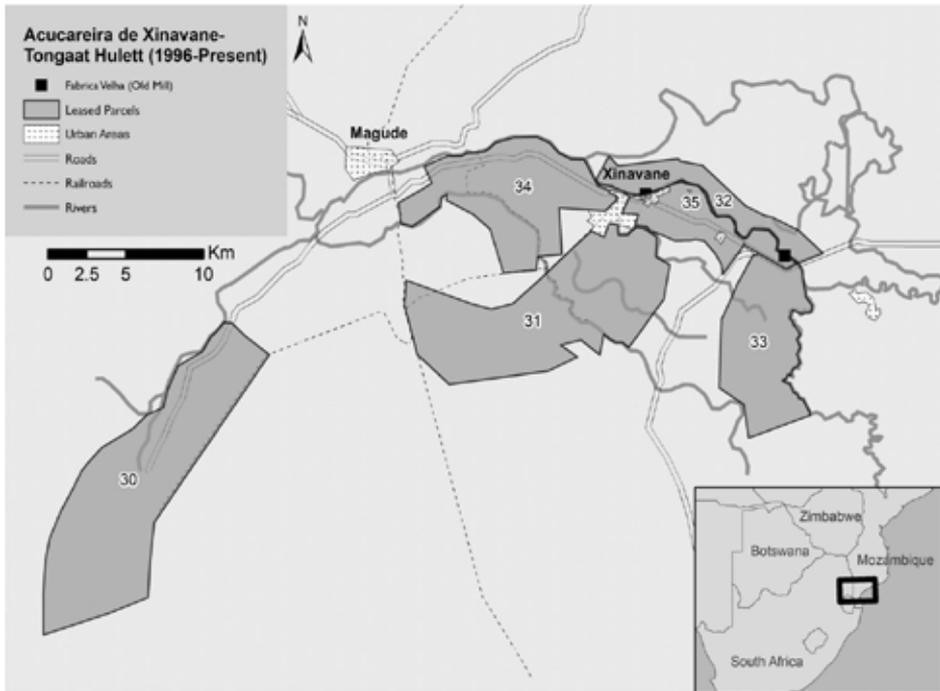
Em 1996, a Tongaat Hulett, uma empresa transnacional do sector açucareiro, sediada na África do Sul, adquiriu a Sociedade Agrícola de Incomati em conjunto com o Governo. A Tongaat contratou um Director moçambicano e reabilitou a fábrica para reabri-la como Açucareira de Xinavane-Tongaath Hulett. Com o poder financeiro da Tongaat, este empreendimento privado estatal iniciou amplas expansões, desta vez para o revigoramento económico contemporâneo. Durante esta vaga de investimento, a Tongaat e o Estado tornaram as terras de Xinavane passíveis de reinvestimento através da legislação de terras, transformando parcelas cadastrais antigas e novas, um sistema de trabalho migratório baseado no *chibalo* colonial e ficções de sucesso capitalista possibilitadas pelas finanças transnacionais. Na viragem contemporânea para o desenvolvimento liderado pelo sector privado, Moçambique incentivou a entrada de capitais sul-africanos sem restrições no País, com a Tongaat a juntar-se a uma vaga regional mais vasta de expansão capitalista pós-*apartheid* (Hall, 2011). Com enormes investimentos financeiros, as operações da Açucareira de Xinavane-Tongaath Hulett expandiram-se para mais de 18 000 hectares de terra cultivada, numa extensão de 70 quilómetros ao longo do rio Incomati. Neste contexto, em 1997, Moçambique introduziu nova legislação que nacionalizou todas as terras. A Lei de Terras não permite a sua venda, mas permite o seu arrendamento, «um compromisso entre os interesses da elite na privatização da terra e os interesses mais populistas na protecção dos pobres rurais» (Lunstrom, 2008:342). A lei exige o consentimento da comunidade para os arrendamentos, com o objectivo de permitir «um controlo substancial pelas autoridades locais na delimitação e atribuição de direitos de uso da terra» (Buur, 2005:1). No entanto, a reforma agrária teve «como principal objectivo a (semi)desnacionalização e a privatização da terra e dos recursos naturais como forma de atrair o investimento» (Lunstrom, 2008:343), permitindo oportunidades de investimento e mantendo a propriedade estatal. É sabido que, na prática, a tomada de decisões comunitárias é marginalizada e que a falta de

transparência e a desconfiança caracterizam a tomada de decisões relacionadas com a terra. As decisões são tomadas rapidamente e em termos enganosos, os residentes têm a impressão de que se trata de projectos do Governo e, portanto, não negociáveis, e as elites e os líderes podem agir contra os desejos dos residentes locais (Norfolk & Tanner, 2007; Lunstrom, 2008; Milgroom & Spierenburg, 2008; Tanner, 2010; Fairbairn, 2013; Milgroom, 2015). Esta situação conduziu a decisões sobre terras que pretendem proteger os interesses da comunidade, tal como exigido por lei, mas que resultam no oposto. Além disso, as estruturas e os imperativos cadastrais coloniais permanecem na legislação revista. Apesar do envolvimento das bases na criação da lei, «grande parte do mapa de terras colonial continua em vigor... A não remoção das antigas propriedades agrícolas, em particular dos registos cadastrais, contradiz os princípios filosóficos básicos da Lei de Terras e prejudica os direitos da população local» (Tanner, 2010:124). O acesso desproporcionado à terra, apoiado pelo Governo, que favorece as empresas privadas, está incorporado na lei e no cadastro, reflectindo a arquitectura agrária colonial.

TERRAS PRODUTIVAS E TRABALHO MIGRATÓRIO: EXPANSÕES E REFORMULAÇÕES

A Açucareira e o Governo também reproduziram os contornos coloniais da terra de Xinavane. Algumas parcelas da Incomati Estates e da Sociedade foram reconfiguradas para o cultivo de cana, mas outras desapareceram. A maior parte das propriedades da Açucareira baseia-se directamente nas parcelas coloniais, reconfigurando as linhas de concessão criadas pelo investimento britânico e pela aquisição portuguesa (Figuras 1, 4 e 5). Além disso, a Açucareira criou duas concessões – Áreas 30 e 31 – que expandem as terras da Açucareira para Sudoeste. A Área 30 é inteiramente nova na produção de açúcar, mas a maior parte da Área 31 pertencia anteriormente a Alfredo Luis, a outra concessão colonial da zona (Figuras 3 e 5). Assim, o Estado e a Açucareira adoptaram novas estratégias e reformularam as práticas agrárias coloniais. Com um total de 17 500 hectares, essas parcelas elevam o total de propriedades para mais de 27 000 hectares, uma expansão extraordinária.

FIGURA 5. PARCELAS DE TERRA DA AÇUCAREIRA DE XINAVANE-TONGAAT HULETT, 2014.



Fonte: Dados do Cadastro Nacional de Terras, Direcção Nacional de Terras e Florestas (DNTF, [1910] 2006) (Moçambique). Mapa produzido pela autora.

A formalização de uma das novas parcelas da Açucareira, a Área 30, dependia de processos administrativos coloniais. Em conformidade com a primeira parcela da Incomati Estates (Área 1), esta inclui a delimitação de terras, levantamentos de estruturas e bens, documentação de texto e anúncios de títulos de propriedade, desta vez no *Boletim da República* (e não da Província) de Moçambique. A Área 30 também inclui métodos contemporâneos de topografia e medição, com levantamentos de solos digitalizados, propostas e cronogramas de projectos, bem como orçamentos de investimento em *rands* sul-africanos. Contém análises de impacto ambiental, estudos climáticos regionais e mapas de sistemas de informação geográfica de sistemas de água e de solos. Embora a terra da Área 30 seja um território físico novo, as formas herdadas de parcelamento colonial repetem-se na sua criação, para mais uma vez significar Xinavane como um espaço capitalista orientado para a produção de açúcar. A açucareira continua a fazer pedidos de terras, com os campos de subsistência a serem subsequentemente deslocados para distâncias insustentáveis (Entrevista com um residente e trabalhador da açucareira de Xinavane, 1 de Junho de 2018). Por outro lado, invocando a necessidade de uma “situação controlada” (Lazzarini, 2017) relativamente à agitação dos trabalhadores e à ameaça de greves, a empresa implementou um sistema de gestão da mão de obra que reflecte o da época colonial. As parcelas dedicadas ao

“recrutamento” de mão de obra do *chibalo* da Incomati Estates e da Sociedade desapareceram (Figuras 1 e 4), mas a fábrica recruta actualmente trabalhadores migrantes das mesmas zonas das fontes coloniais e de outras novas. A empresa também recorre a parcerias tradicionais de liderança governamentais herdadas para garantir um programa “multidisciplinar” que funciona «como se tivesse sido feito no passado» (Lazzarini, 2017). Embora o actual recrutamento de mão de obra não seja forçado, os contornos raciais e migratórios da Açucareira tornam a articular-se com a prática colonial.

FIÇÕES DO SUCESSO DO INVESTIMENTO

A legislação agrária contemporânea, as expansões das fábricas e o trabalho migratório moldado pelo colonialismo contribuem para reiterar as ficções do sucesso capitalista. Afectaram profundamente o uso da terra, a saúde e os meios de subsistência dos residentes e dos trabalhadores (O’Laughlin, 2017; Lazzarini, 2017). No entanto, o Governo e a indústria enaltecem a Açucareira como uma enorme conquista agro-industrial. Nas narrativas públicas e nos meios de comunicação social, a Fábrica de Xinavane regalvanizou a economia nacional na (re)viragem para o desenvolvimento de orientação capitalista (Entrevista com o representante da Associação dos Produtores de Açúcar de Moçambique, 3 de Agosto de 2011). Estas narrativas do Governo e das empresas sobre o sucesso espectacular do investimento justificam as expansões contínuas, a mais recente em 2018, com a construção da primeira refinaria de açúcar de Moçambique pela Açucareira. Na celebração da inauguração da refinaria, o Presidente Filipe Nyusi afirmou que a refinaria irá «estimular o sector agrícola [do País]... e melhorar a vida dos trabalhadores do açúcar e das suas famílias» (Club of Mozambique, 2018). Isto está em conformidade com o programa quinquenal do Governo, «que consiste em investir para o desenvolvimento, ... aumentar a base de produção e melhorar a qualidade dos vários bens processados no país» (Club of Mozambique, 2018). O presidente da Tongaat respondeu que a refinaria «reflecte o compromisso [da Tongaat] com o futuro da indústria açucareira moçambicana e da agricultura moçambicana... reconhecendo os esforços do governo moçambicano no sentido de criar um ambiente de negócios que promova o investimento» (Club of Mozambique, 2018). De acordo com estas narrativas, Tongaat contribui, de forma crucial, para o desenvolvimento nacional através do investimento capitalista estrangeiro em Xinavane, ecoando a celebração feita por Portugal, um século antes, do papel fundamental da Incomati Estates no desenvolvimento colonial liderado pelo investimento. A narrativa actual, que celebra o desenvolvimento nacional capitalista, reflecte a do passado colonial, em que o investimento privado conseguiu transformar Xinavane de terra e lugar africanos num espaço capitalista supostamente dominado pela Europa. Além do investimento na fábrica, no valor de 5,5 mil milhões de rands (380 milhões de dólares) feito pela Tongaat, com a duração de 20 anos, o seu investimento de 550 milhões de rands na construção da refinaria de 90 000 toneladas

impulsiona ainda mais os retornos previstos de Xinavane (Tongaat Hulett, 2018). Estas narrativas permitem que o “burburinho” apoie novos investimentos. Com a conclusão prevista da barragem da Moamba, nas proximidades, o Governo e a empresa esperam continuar a ter sucesso. Isso supostamente ajuda o «desenvolvimento económico dessas economias rurais», com os «pequenos agricultores indígenas [de cana-de-açúcar] orientados para o mercado» (Tongaat Hulett, 2018:31) aumentando de 250 para 3300 em 10 anos, e o rendimento destes agricultores, quase 10 vezes maior, para mais de 400 000 toneladas, em 2018. Esta descrição da apropriação de terras orientada para o desenvolvimento e do registo de mercado é semelhante ao enquadramento do «reassentamento como uma oportunidade de desenvolvimento para os residentes» (Milgroom & Spierenburg, 2008:440) no Parque Nacional do Limpopo, e do investimento privado como desenvolvimento nacional no Chókhwè, para justificar a remoção dos «pequenos agricultores dos melhores pedaços de terra» (Veldwisch, 2015:1024). O Estado e a empresa promulgam a ficção de que a aquisição e expropriação de terras privadas beneficiam as populações de Xinavane e a nação, e que Xinavane e a sua terra se transformarão inevitavelmente num espaço puramente capitalista orientado para a mercantilização total¹⁴.

COESÃO INCOMPLETA

No entanto, e tal como acontece com a Incomati Estates e a Sociedade Agrícola do Incomati, a posse da terra e o cultivo por parte da Açucareira continuam a ser irregulares. Os habitantes ainda vivem e cultivam culturas de subsistência dentro das linhas de concessão da Açucareira. Com efeito, comparando o cultivo real da empresa com os registos cadastrais, cerca de um terço das terras tituladas pela Açucareira parecem não ser utilizadas. Os régulos também continuam a ter jurisdição de decisão sobre a terra, embora nem sempre respeitando os melhores interesses dos seus habitantes (Fairbairn, 2013; Entrevistas com trabalhadores agrícolas de Xinavane, Outubro de 2013 - Maio de 2014). Não obstante, os habitantes de Xinavane têm de obter autorização do régulo para cultivar a terra e a Açucareira reconhece informalmente estes sistemas de posse de terra extra-estatais¹⁵.

Os residentes e os trabalhadores também contestaram o restabelecimento da fábrica e as expansões de terra em todas as etapas de reinvestimento, através de greves campais e recusas formais¹⁶. Durante um período de um nível elevado de investimento, que decorreu entre 2006 e 2011, os que procuravam emprego, os trabalhadores e os residentes envolveram-se em greves

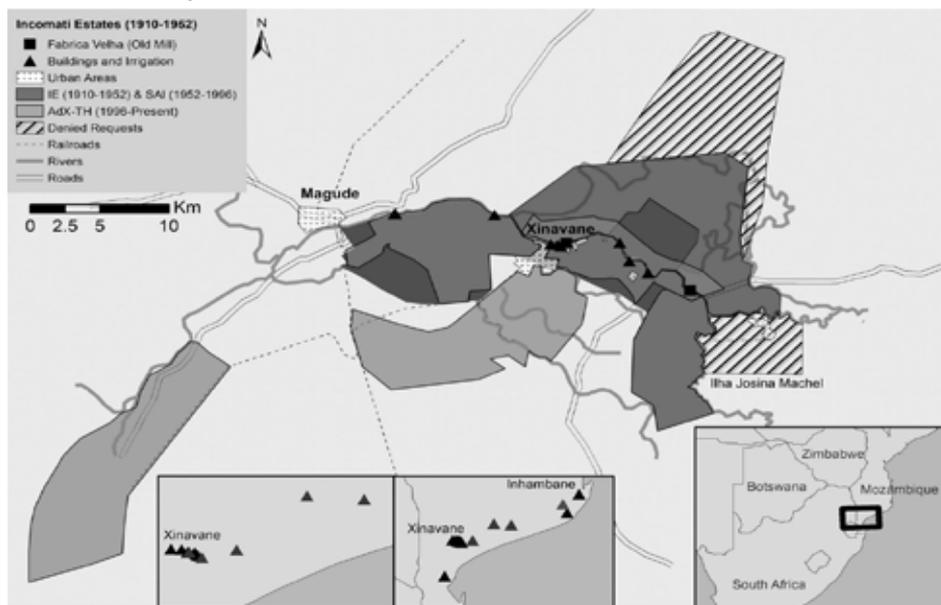
¹⁴ A fábrica também paga aos agricultores para cultivarem cana nas suas próprias terras. Em 2017, os produtores subcontratados produziram 30 % da cana da Açucareira (Mandamule, 2018). O programa incentivou o cultivo de cana em antigas terras de reserva nativa (Jelsma, Bolding & Slingerland, 2010; Entrevista com o representante da administração, 27 de Fevereiro de 2014; Entrevista com o representante da aldeia da zona, 27 de Junho de 2018). Um administrador informou que essas famílias recebem um pagamento reduzido e, mais tarde, não têm comida suficiente (Entrevista com o representante da comunidade 3, 21 de Junho de 2018).

¹⁵ Por exemplo, os homens contribuem todos os anos com um animal para abate para os régulos, por ocasião das cerimónias de início das colheitas (Entrevista com o representante da aldeia da zona, 27 de Junho de 2018).

¹⁶ Este facto não é específico de Xinavane ou da actualidade. Myers (1994) abordou a resistência à aquisição de terras no período imediatamente a seguir ao conflito.

frequentes, denunciando a má remuneração e as condições de trabalho, as dificuldades em obter emprego e o acesso cada vez mais reduzido à terra. Estas greves perturbaram gravemente a produção e foram noticiadas a nível nacional (Africa News, 2007; Área 30; Entrevista com o representante da comunidade 1, 31 de Janeiro de 2014; Mozambique News Agency, 2008; 2011). Os habitantes de Xinavane também se opuseram vigorosa e formalmente ao reinvestimento desde o seu início. Em 1998, os residentes responderam aos representantes do Governo que anunciaram o projecto e as expansões por eles pretendidas.

FIGURA 6. ESTRATIFICAÇÕES DE TERRAS EM XINAVANE, 1910 ATÉ À DATA.



Fonte: Dados do Cadastro Nacional de Terras, Direcção Nacional de Terras e Florestas (DNTEF, [1910] 2006) (Moçambique). Mapa produzido pela autora.

Manifestando «dúvidas e desconfiança (de que) os agricultores poderiam perder as suas terras, particularmente os cemitérios ancestrais, para beneficiar pessoas de fora» (Área 30, 64), os residentes argumentaram que

«Na era colonial, os indígenas foram empurrados para... zonas improdutivas... Quando a guerra terminou, o governo encorajou-nos a regressar. Agora querem retirar-nos daqui para zonas áridas? Podemos falar durante muito tempo, mas a única mensagem que trazemos é que não queremos! O que é que vamos fazer com os nossos mortos? Onde vamos fazer as nossas cerimónias?... Cultivem cana nas grandes parcelas do Estado e deixem os nossos antepassados em paz!» (Área 30, 64)

O relatório refere que por «pura obstinação, [os residentes] não estão interessados em entender» o projecto (Área 30, 64), negando as afirmações dos habitantes de Xinavane sobre a expropriação colonial. Antes pelo contrário, e ecoando a ficção dos anos 20 de que o açúcar proporcionaria infra-estruturas e indústria para o «bom [e] rápido desenvolvimento» da colónia (Área 1, 3), os proponentes do açúcar estatais-privados argumentam que o investimento reconstruiu uma indústria anteriormente próspera, melhorando a economia nacional e a vida dos residentes. Os residentes opuseram-se à expansão da Tongaat, invocando as remoções forçadas da colónia, o trabalho forçado e a insensibilidade do governo em relação às casas e aos cemitérios dos antepassados. Os residentes continuam a criticar a plantação privada-estatal hoje, enfatizando as contradições entre as narrativas socialistas coloniais e contemporâneas do papel económico nacional do açúcar. Os residentes criticam, de forma subtil ou directa, as contradições entre as reivindicações de benefícios para a indústria e a privação de direitos dos habitantes de Xinavane (Entrevistas com trabalhadores agrícolas de Xinavane, Outubro de 2013 – Maio de 2014). Críticos mais francos e baseados em Maputo usam uma linguagem explicitamente anticolonial para criticar a priorização dos projectos de investimento dos interesses privados sobre os direitos à terra e ao trabalho dos residentes. Todavia, a maioria dos residentes mantém uma compreensão fundamental, ainda que subestimada, das implicações históricas do projecto, ridicularizando as declarações do Estado e do sector privado de que o investimento estrangeiro apoia os meios de subsistência. Os residentes vêem a empresa não como “nova”, mas como semelhante às relações coloniais com diferentes proprietários (Entrevistas com trabalhadores agrícolas de Xinavane, Outubro de 2013 – Maio de 2014). Embora os residentes se tenham mudado das parcelas desejadas pela empresa, os habitantes de Xinavane continuam a desafiar estes reassentamentos, sabendo que muitas famílias cada vez mais não têm terra suficiente ou possibilidades de cultivo para se alimentarem e sustentarem as suas famílias¹⁷. Esta é uma relação desigual reformuladora que, como os residentes entendem, persiste, quer se lhe chame colonial ou contemporânea. Os habitantes de Xinavane continuam a desafiar os reinvestimentos, as expansões e as condições de trabalho da Açucareira através de greves e de esforços comunitários organizados, incluindo a rádio comunitária gerida por jornalistas, uma organização de base de mulheres trabalhadoras do açúcar, e o Governo e a administração locais. A narrativa e a aparência extraordinária de sucesso do investimento privado são poderosas. No entanto, muitos residentes e trabalhadores continuam a opor-se ao reinvestimento, uma vez que este funciona fundamental e repetidamente contra os seus interesses. O sucesso da empresa assenta em violências materiais e epistémicas, ao comprometer as actuais estratégias de sobrevivência e ao negar as histórias activas de expulsão e privação de direitos de Xinavane.

¹⁷ As expulsões temporárias foram compensadas, embora os residentes refiram montantes inferiores ao valor da terra (Área 30; O’Laughlin, 2017). Esta situação é semelhante ao que Milgroom & Spierenburg (2008) exploraram como “volição induzida” relativamente ao reassentamento “voluntário” em Massingir.

CONCLUSÕES

Em 2018, regresssei a Xinavane para participar em debates públicos sobre esta pesquisa. Na rádio comunitária, relatei a insistência dos residentes em que Xinavane não é Xinavane. Um sorriso de conhecimento surgiu no rosto do comentador. Os habitantes de Xinavane conhecem a história de Xinavane – de repetidos esforços do Estado e do sector privado no sentido de minar a terra e a autonomia dos residentes (Bowen, 2000) –, mas raramente ouvem este facto ser reconhecido publicamente. O refrão de que “Xinavane não é Xinavane” demonstra esta compreensão profunda. Denuncia o emaranhado de empresas coloniais e contemporâneas e de administrações estatais que trabalham contra os interesses do campesinato (Bowen, 2000). As poderosas narrativas de sucesso do Estado e das indústrias açucareiras procuram apagar as histórias coloniais, para fazer de Xinavane uma terra sem lugar e passível de investimento. Os seus habitantes recusam esta ficção. Pelo contrário, os residentes mantêm Xinavane no cerne das suas histórias de expulsão e exclusão africanas e da centralidade da terra para sustentar vidas e comunidades.

Na Figura 6, conjugo as vagas de investimento em várias estratificações de Xinavane e as transformações contraditórias da terra para visualizar as suas relações temporais e espaciais multidimensionais. Estes níveis incluem as primeiras concessões da Incomati Estates, os enraizamentos da Sociedade Agrícola do Incomati e as reformulações e expansões da Açucareira de Xinavane. Estes investimentos têm repetidamente desalojado e expropriado residentes na tentativa de alienar a terra de Xinavane e transformá-la numa mercadoria abstracta passível de investimento. No entanto, ao centrar-se na legislação estatal que reproduz o controlo desigual da terra e nas práticas laborais coercivas do Estado e do sector privado, este artigo destacou o facto de a coesão de Xinavane como espaço de produção de açúcar não ter sido fácil nem inevitável. Antes pelo contrário, os desafios dos residentes ao investimento, desinvestimento e reinvestimento produziram, de forma central, este lugar e esta terra profundamente enraizados. A atenção dada às estratificações de Xinavane realça as articulações activas existentes entre o passado e o presente. Estas estratificações produzem Xinavane como lugar e activam e desactivam esta “corrida” contemporânea à terra.

Este artigo desenvolve a ideia de produções históricas e estratificadas do lugar para envolver e expandir os debates geográficos históricos e marxistas e sobre a corrida à terra. A compreensão de Xinavane através do emaranhado colonial contribui para os objectivos dos geógrafos históricos e marxistas de gerar «estudos geográficos criativos e históricos» (Van Sant *et al.*, 2020:171) para uma pesquisa crítica, baseada no lugar e orientada para a justiça. Pensando no espaço profundo de Smith e nas estratificações industriais de Massey através de uma perspectiva pós-colonial, o artigo também contribui para os estudos sobre Moçambique e para os estudos agrários críticos da África Austral sobre as lutas pelos recursos. Intervém

na literatura global sobre as “corridas”, abordando a natureza colonialmente interligada do reinvestimento no contexto africano, os fracassos das corridas e as particularidades do lugar. Por conseguinte, desafia os estudos sobre a apropriação de recursos a envolver mais profundamente a especificidade do local e a interrogar a mercantilização e a expropriação da terra como práticas simbólicas e materiais, bem como históricas e contemporâneas. Ao considerar conjuntamente a aquisição e as lutas pela terra, actuais e anteriores, demonstro como as estratificações do lugar do passado se articulam com o presente, moldando a forma como o investimento actual pode ou não vir a ser.

O investimento estrangeiro, as ficções e a especulação no continente africano não são novos, embora se tenham intensificado recentemente e de forma poderosa. Este facto corrobora a repetição por parte dos habitantes de Xinavane de que Xinavane nunca se tornará uma terra ou um espaço exclusivamente de produção de açúcar. Os esforços capitalistas trabalharam com o objectivo de alienar Xinavane de um local de jurisdição moçambicana e significado heterogéneo, para (re)significá-lo como apenas um espaço de sucesso capitalista europeu. No entanto, em cada uma destas vagas de investimento, estes esforços não foram totalmente bem-sucedidos. Os habitantes de Xinavane não têm estado unidos na resistência a estes esforços, mas têm contestado e também tolerado a expropriação de terras e o controlo do trabalho. Este artigo debruça-se sobre a complexidade da terra actual e dos seus significados, pretendendo romper com as ficções materiais e simbólicas do sucesso capitalista. Pelo contrário, salienta que as estratificações e os emaranhados das terras e dos lugares – a sua multidimensionalidade – expandem a compreensão do lugar e dos seus contornos de poder irregulares e reformadores. Desta forma, este artigo considerou o reinvestimento, a corrida aos recursos e a inalienabilidade do lugar através de estratificações históricas e activas da terra.

REFERÊNCIAS

- Abrantes, M.L.C.M. *et al.* (1989). *Concessões de terrenos. Moçambique: Catálogo*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Africa News (2007). *Mozambique: Sugar expansion project launched*. 2007. Disponível em: [https://advan-celexis-com.ezproxy.bucknell.edu/api/document?collection=news&id=urn:contentItem:4N\]69110-TX2IN2\]D-00000-00&context=1516831](https://advan-celexis-com.ezproxy.bucknell.edu/api/document?collection=news&id=urn:contentItem:4N]69110-TX2IN2]D-00000-00&context=1516831). (consultado a 20 de abril de 2018).
- Allina, A. (2012). *Slavery by Any Other Name: African Life under Company Rule in Colonial Mozambique*. Charlottesville: University of Virginia Press.
- Amin, A. & Howell, P. (2016). *Releasing the commons: Rethinking the futures of the commons*. London: Routledge.
- Associação Americana de Geógrafos (2020). Anais da Associação Americana de Geógrafos. *Anais da Associação Americana de Geógrafos*. 110(6), 1969–1992.
- Baglioni, E. & Gibbon, P. (2013). Land grabbing, large and small-scale farming: What can evidence and policy from 20th century Africa contribute to the debate? *Third World Quarterly*. 34 (9), 1558–1581. doi:10.1080/01436597.2013.843838.
- Blunt, A. & McEwan, C. (2002). *Postcolonial geographies*. New York: Continuum.
- Borras, S. M. J., Fig, D. & Suárez, M. (2011). The politics of agrofuels and mega-land and water deals: insights from the ProCana case, Mozambique. *Review of African Political Economy*. 38(128), 215–234. doi:10.1080/03056244.2011.582758.
- Bowen, M. (2000). *The State Against the Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique*. Charlottesville: University of Virginia Press.
- British National Archives (1920). *Incomati Estates Limited. Companies Registration. IE-IC*. Kew, British National Archives.
- British National Archives ([1920] 1923). *Summary of Share Capital and Shares of Incomati Estates, Limited. Form E of the Companies Acts, 1908-1917*. Kew: British National Archives.
- Buur, K. (2005). The evolution of the international law of alienability: The 1997 land law of Mozambique as a case study. *Columbia Journal of Transnational Law*. 43(3), 961–998.
- Buur, L., Mondlane, C. & Baloi, O. (2011). ‘Strategic Privatisation: Rehabilitating the Mozambican Sugar Industry.’ *Review of African Political Economy*. 38 (128), 235–256.
- Club of Mozambique (2018). *Nyusi inaugurates white sugar refinery*. 2018. Club of Mozambique. Disponível em: <https://clubofmozambique.com/news/nyusi-inaugurates-white-sugar-refinery/> (consultado a 3 de fevereiro de 2019).
- Cosgrove, D. (1984). *Social formation and symbolic landscape*. London: Croom Helm.
- Cosgrove, D. & Daniels, S. (1988). *The iconography of landscape*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Costa, A. (1943). Açucar de Moçambique (Mozambican sugar): Incomati Estates, Limited. Moçambique. *Documentário Trimestral*. 9(34), 91–103.
- Darby, H. (2002). *The relations of history and geography: Studies in England, France, and the United States*. Exeter: University of Exeter Press.
- Duncan, J. (1990). *The city as text: The politics of landscape interpretation in the Kandyan kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Duncan, J. & Duncan, N. (1988). (Re)reading the land-landscape. *Environment and Planning D. Society and Space*. 6 (2), 117–126. doi:10.1068/060117.
- Edelman, M. & León, A. (2013). Cycles of land grabbing in Central America: An argument for history and a case study in the Bajo Aguán, Honduras. *Third World Quarterly*. 34 (9), 1697–1722. doi:10.1080/01436597.2013.843848.
- Edelman, M., Oya, C. & Borrás, S. M.J. (2013). Global land grabs: Historical processes, theoretical and methodological implications and current trajectories. *Third World Quarterly*. 34(9), 1517–1531. doi:10.1080/01436597.2013.850190.
- Edelman, M. & Wolford, W. (2017). Introduction: Critical agrarian studies in theory and practice. *Antipode*. 49(4), 959–976. doi:10.1111/anti.12326.
- Fairbairn, M. (2013). Indirect dispossession: Domestic power, imbalances and foreign access to land in Mozambique. *Development and Change*. 44(2), 335–356. doi:10.1111/dech.12013.
- Fairbairn, M. et al. (2014). Introduction: New directions in agrarian political economy. *The Journal of Peasant Studies*. 41(5), 653–666. doi:10.1080/03066150.2014.953490.
- Gengenbach, H. (2005). *Binding memories: Women as makers and tellers of history in Magde, Mozambique*. ACLS Humanities E-Book Electronic ed. Gutenberg-e (Series). New York: Columbia University Press.
- Goldstein, J. E. & Yates, J. S. (2017). Introduction: Rendering land investable. *Geoforum*. 209–211. doi:10.1016/j.geoforum.2017.03.004.
- Gregory, D. (2004). *The colonial present*. Oxford: Blackwell.
- Hall, D. (2013). Primitive accumulation, accumulation by dispossession and the global land grab. *Third World Quarterly*. 34(9), 1582–1604. doi:10.1080/014365972013.843854.
- Hall, R. (2011). Land grabbing in southern Africa: The many faces of the investor rush. *Review of African Political Economy*. 38(128), 193–214. doi:10.1080/03056244.2011.582753.
- Hall, R. et al. (2015). Resistance, acquiescence, or incorporation? An introduction to land grabbing and political reactions from below. *The Journal of Peasant Studies*. 42(3–4), 467–488. doi:10.1080/03066150.2015.1036746.
- Harries, P. (1994). *Work, culture, and identity: Migrant laborers in Mozambique and South Africa, C. 1860-1910*. Portsmouth, NH: Heinemann.

- Head, J. (1980). *State, capital, and migrant labor in Zambesia, Mozambique: A study of the labor force of Sena Sugar Estates Limited*. PhD diss. Durham: Durham University.
- Heffernan, M. (2009). Historical geography. In: D. Gregory *et al.* (eds.). *Dictionary of human geography*. Sussex: Wiley-Blackwell. pp. 332–335.
- Jeffrey, A., McFarlane, C. & Vasudevan, A. (2012). Rethinking enclosure: Space, subjectivity, and the commons. *Antipode*. 44 (4), 1247–1267. doi:10.1111/i.1467-8330.2011.00954.x.
- Jelsma, I., Bolding, A. & Slingerland, M. (2010). *Smallholder sugarcane production systems in Xinavane, Mozambique: Report from the field*. Wageningen: Wageningen University.
- Kagan-Guthrie, Z. (2018). *Bound for work: Labor, mobility, and colonial rule in central Mozambique, 1940-1965*. Charlottesville: University of Virginia Press.
- Lazzarini, A. H. (2017). Gendered labour, migratory labour: Reforming sugar regimes in Xinavane, Mozambique. *Journal of Southern African Studies*. 43(3), 605–623. doi:10.1080/03057070.2016.1197695.
- Legg, S. (2011). Assemblage/apparatus: Using Deleuze and Foucault. *Area*. 43(2), 128–133. doi:10.1111/1.1475-4762.2011.01010. x.
- Lester, A. (2000). Historical geographies of imperialism. In: B. Graham & C. Nash (eds.). *Modern historical geographies*. Essex: Pearson Education. pp. 100–120.
- Lester, A. (2003). Historical geographies of Southern Africa. *Journal of Southern African Studies*. 29(3), 595–613.
- Li, T. M. (2014). What is land? Assembling a resource for global investment. Transactions of the Institute of British Geographers. 39(4), 589–602. doi:10.1111/tran.12065.
- Lunstrom, E. (2014). Green grabs, land grabs and the spatiality of displacement: Eviction from Mozambique's Limpopo National Park. *Area*. 48(2), 142–152.
- Lunstrom, E. (2008). Mozambique, neoliberal land reform and the Limpopo National Park. *Geographical Review*. 98(3), 339–355.
- Mandamule, U. (2018). *Modelos de parceria entre comunidades e investidores no sector do açúcar [Partnership models between communities and investors in the sugar sector]*. Paper presented at Workshop Transformation of Rural Space in Mozambique, Maputo, Mozambique, May 29.
- Massey, D. ([1984] 1995). *Spatial divisions of labor: Social structures and the geography of production*. London: Routledge.
- Matless, D. (2003). Landscape. In: K. Anderson & M. Domosh (eds.). *In Pile handbook of cultural geography*. London: Sage. pp. 227–232.
- Mbembe, A. (2001). *On the postcolony*. Berkeley: University of California Press.
- McDonagh, B. & Griffin, C. J. (2016). Occupy Historical geographies of property, protest, and the commons, 1500-1850. *Journal of Historical Geography*. (53), 1–10. doi:10.1016/j.jhg.2016.03.002.

- McGregor, J. (2005). Landscape, politics and the historical geography of southern Africa. *Journal of Historical Geography*. 31(2), 205–219. doi:10.1016/j.jhg.2004.12.021.
- McKittrick, K. (2011). On plantations, prisons, and a black sense of place. *Social Cultural Geographby*. 12(8), 947–963.
- Mignolo, W. (2001). Coloniality of power and subalternity. In: I. Rodr'guez (ed.). *The Latin American subaltern studies reader*. Durham, NC: Duke University Press. pp. 424–444.
- Milgroom, J. (2015). Policy processes of a land grab: At the interface of politics 'in the air' and politics 'on the ground' in Massingir, Mozambique. *The Journal of Peasant Studies*. 42(3–4), 585–606. doi:10.1080/03066150.2014.991721.
- Milgroom, J. & Spierenburg, M. (2008). Induced volition: Resettlement from the Limpopo National Park, Mozambique. *Journal of Contemporary African Studies*. 26(4), 435–448. doi:10.1080/02589000802482021.
- Mitchell, D. (1996). *The lie of the land: Migrant workers and the California landscape*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Moore, D. S. (2005). *Suffering for territory: Race, place, and power in Zimbabwe*. Durham, NC: Duke University Press.
- Morrissey, J. et al. (2014). *Key concepts in historical geography*. London: Sage.
- Mozambican Historical Archive (1966). *Mapas antes e depois das concessões [Maps before and after concessions]. Mapas antes e depois das concessões da S.A.I. e do Alfredo Luiz Lda [Maps before and after the SAI and Alfredo Luiz concessions]. Inspeção dos Serviços Administrativos [Inspection of Administrative Services]*. Maputo: Mozambican Historical Archive.
- Mozambican Historical Archive (1959a). *Mapas de mão de obra indígena [Indigenous labor reports]. Mapas de mão de obra indígena, Patrão Sociedade Agrícola de Incomati [Indigenous labor reports, employer Incomati Agricultural Society]. Trabalho e Acção Social, Inventário Sumário de Fundo da Administração do Concelho da Manhica [Social Work and Action, Background Summary of the Administration of the County of Manhica]*, box 167. Maputo: Mozambican Historical Archive.
- Mozambican Historical Archive (1959b). *Order of Expulsion for Correctional Prison. Desterro e expulsão, administrativos de indígenas exile and expulsion, administration of natives] 1944-1959. Trabalho e Acção Social, Inventário Sumário de Fundo da Administração do Concelho da Manhica [Social Work and Action, Background Summary of the Administration of the County of Manhica]*, box 144. Maputo: Mozambican Historical Archive.
- Mozambique News Agency (2011). *Persiste paralisação laboral na acucareira de Xinavane [Labor stoppage persists at the Xinavane Sugar Mill]*. 2011. Disponível em: <https://advance-lexis-com.ezproxy.bucknell.edu/api/document?collection=news&xid=urn:contentItem545V-K1D1-IDNB-70MS-00000-00&context=1516831> (consultado a 4 de novembro de 2018).

- Mozambique News Agency (2008). *Strike at Xinavane continues*. 2008. Disponível em: <https://advance-lexis-com.ezproxy.bucknell.edu/api/document?collection=news&id=urn:contentItem:7VWD-3XJ0-YC0M-TORF-00000-00&context=1516831>. (consultado a 19 de fevereiro de 2018).
- Myers, G. (1994). Competitive rights, competitive claims: Land access in post-war Mozambique. *Journal of Southern African Studies*. 20(4), 603–632. doi:10.1080/03057079408708424.
- National Directorate of Land and Forestry (DNTF) ([1910] 2006). *Land Cadaster Files - Xinavane. National Land Cadaster*. Maputo: DNTF.
- Neil-Tomlinson, B. (1987). *The Mozambique Chartered Company 1892 to 1910*. London: University of London.
- Newitt, M. (1973). *Portuguese settlement on the Zambezi: Exploration, land tenure and colonial rule in East Africa*. New York: Africana.
- Norfolk, S. & Tanner, C. (2007). *Improving tenure security for the rural poor: Mozambique-Country case study*. LEP Working Paper. Oxford: Food and Agriculture Organization.
- O’Laughlin, B. (2000). Class and the customary: The ambiguous legacy of the Indigenato in Mozambique. *African Affairs*. (99). pp. 5–42.
- O’Laughlin, B. (2017). Consuming bodies: Health and work in the cane fields in Xinavane, Mozambique. *Journal of Southern African Studies*. 43(3), 625–641.
- O’Laughlin, B. & Ibraimo, Y. (2013). *The expansion of sugar production and the well-being of agricultural workers and rural communities in Xinavane and Magude*. Cadernos IESE 12E. Maputo: IESE.
- Ogborn, M. (1999). The relations between geography and history: Work in historical geography in 1997. *Progress in Human Geography*. 23(1), 97–108. doi:10.1191/030913299672557598.
- Otsuki, K., Achá, D. & Wijnhoud, J. D. (2016). After the consent: Re-imagining participatory land governance in Massingir, Mozambique. *Geoforum*. 1–11. doi: 10.1016/j.geoforum.2016.09.011.
- Peluso, N. & Lund, C. (2011). New frontiers of land control: Introduction. *Journal of Peasant Studies*. 38(4), 667–681. doi:10.1080/03066150.2011.607692.
- Penvenne, J. (1989). “We are all Portuguese “ Challenging the political economy of assimilation: Lourenço Marques, 1870–1933. In: L. Vail (ed.). *The creation of tribalism in southern Africa*. London: James Currey. pp. 256–81
- Pitcher, M. A. (2002). *Transforming Mozambique The Politics of Privatization, 1975–2000*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pulido, L., Barraclough, L. & Cheng, W. (2015). *A people’s guide to Los Angeles*. Berkeley: University of California Press.

- Quijano, A. (2008). Coloniality of power, eurocentrism, and social classification. In: M. Moraña, E. Dussel, & C.A. Jáuregui (eds.). *Coloniality at Large: Latin America and the postcolonial debate*. Durham, NC: Duke University Press. pp. 181-224.
- Sauer, C. ([1925] 1963). *Land and life: A selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley: University of California Press.
- Scoones, I. *et al.* (2013). The politics of evidence: Methodologies for understanding the global land rush. *Journal of Peasant Studies*. 40(3), 469–483. doi:10.1080/03066150.2013.801341.
- Serra, A. (1966). *ISANI: Inspeção dos Serviços Administrativos (e Negócios Indígenas) [Inspection of Administrative Services (and Indigenous Business)]*. Maputo: Mozambican Historical Archive.
- Sevilla-Buitrago, A. (2015). Capitalist formations of enclosure: Space and the extinction of the commons. *Antipode*. 47(4), 999–1020. doi:10.1111/anti.12143.
- Sizemore, C. (2012). 'Africa: The Last Investment Frontier.' *Forbes*. Disponível em: <http://www.forbes.com/sites/moneybuilder/2012/08/08/africa-the-last-investment-frontier/>.
- Smith, N. ([1984] 1990). *Uneven development: Nature, capital, and the production of space*. Oxon: Blackwell.
- Spivak, G. C. (1998). Subaltern studies: Deconstructing historiography. In: G. C. Spivak (ed.). *In other worlds: Essays in cultural politics*. London: Routledge. pp. 197–221.
- Stoler, A. L. (2016). *Duress: Imperial durabilities in our times*. Durham, NC: Duke University Press.
- Tanner, C. (2010). Land rights and enclosures: Implementing the Mozambican land law in practice. In: W. Anseeuw & C. Alden (eds.). *The struggle over land in Africa: Conflicts, politics change*. Cape Town: HSRC Press. pp. 105–130.
- The Party in Mozambique (1982). *Vanguard workers, interview with Armando Guebuza. Peoples Power in Mozambique, Angola, and Guinea Bissau*. (19). pp. 15–23.
- Thompson, E. P. (1993). *Customs in common: Studies in traditional popular culture*. New York: New Press.
- Tongaat Hulett (2018). *integrated annual report*. 2018. Disponível em: http://www.tongaat.com/annual_reports/ar_2018/downloads/AR-2018-FULL.pdf. (consultado a 3 de fevereiro de 2019).
- Vail, L. & White, L. (1981). *Capitalism and Colonialism in Mozambique: A Study of Quelimane District*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Van Sant, L. *et al.* (2020). Historical geographies of, and for, the present. *Progress in Human Geography*. 44 (1), 168–188.
- Veldwisch, G. J. (2015). Contract farming and the reorganisation of agricultural production within the Chókwe Irrigation System, Mozambique. *The Journal of Peasant Studies*. 42(5), 1003–1028. doi:10.1080/03066150.2014.991722.

- Werner, M. (2016). *Global displacements: The making of uneven development in the Caribbean*. Sussex: Wiley.
- White, B. *et al.* (2012). The new enclosures: Critical perspectives on corporate land deals. *The Journal of Peasant Studies*. 39(3–4), 619–647. doi:10.1080/03066150.2012.
- Wily, L. A. (2012). Looking back to see forward: The legal niceties of land theft in land rushes. *The Journal of Peasant Studies*. 39(3–4), 751–775. doi:10.1080/03066150.2002.674033.
- Wolford, W. *et al.* (2013). Governing global land deals: The role of the state in the rush for land. In: W. Wolford *et al.* (eds.). *Governing global land deals: The role of the state in the rush for land*. Sussex: Wiley-Blackwell. pp. 1–22.
- Wolford, W. & Nehring, R. (2015). Constructing parallels: Brazilian expertise and the commodification of land, labour and money in Mozambique. *Canadian Journal of Development Studies*. 36 (2), 208–223. doi:10.1080/02255189.2015.1036010.
- Wylie, J. (2011). Landscape. In: J. Agnew & D. Livingstone (eds.). *Sage handbook of geographical knowledge*. London: Sage. pp. 300–315.
- Zamparoni, V. (2004). Da escravatura ao trabalho forçado: Teorias e práticas [From slavery to forced labor: Theories and practices]. *Africana Studia*. (7). pp. 299–325.